



EDITAL DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ACESSÓRIOS TECNOLÓGICOS E PLASTIFICADORAS DE DOCUMENTOS.

01. DO PREÂMBULO

Número de ordem	PROCESSO LICITATÓRIO Nº	08/2026
	PREGÃO ELETRÔNICO Nº	02/2026
	EDITAL Nº	02/2026
	UASG	929730
	NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90002

A **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA**, inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00, através de seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, REFERENTE **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ACESSÓRIOS TECNOLÓGICOS E PLASTIFICADORAS DE DOCUMENTOS**, conforme descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei





Complementar nº. 123, de 14/12/2006 e alterações posteriores. O objeto deste Edital será executado pelo regime de execução indireta, entrega imediata, por preço unitário. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até trinta dias após o recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).

As servidoras Caroline de Souza Lima Paschoal ou Amanda Lima da Paixão, designadas como Pregoeiras pela Portaria nº 01/2026, de 06 de janeiro de 2026, serão responsáveis pelo processamento e julgamento da presente licitação, contando com o devido suporte da equipe de apoio, também nomeada por meio do referido instrumento.

DADOS ESSENCIAIS PREGÃO ELETRÔNICO	
VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO PARA DOZE MESES	R\$ 35.748,63 (trinta e cinco mil e setecentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos).
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO	Em 17 de março de 2026, às 09 horas – horário de Brasília.
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: COMPRAS GOV	https://www.gov.br/compras/pt-br
LINKS / SITES PARA DOWNLOAD DO EDITAL NA ÍNTEGRA	https://www.gov.br/compras/pt-br https://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/ https://cmextrema-mg.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34
E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DÚVIDAS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÃO	licitacaoextrema@yahoo.com.br





E-MAIL PARA SOLICITAÇÃO DO EDITAL	licitacaoextrema@yahoo.com.br
TELEFONE SETOR DE LICITAÇÕES	35 9 9776-2765.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	Menor preço unitário
VALOR DO INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA DE VALORES ENTRE OS LANCES, QUE INCIDIRÁ TANTO EM RELAÇÃO AOS LANCES INTERMEDIÁRIOS QUANTO EM RELAÇÃO À PROPOSTA QUE COBRIR A MELHOR OFERTA	ITEM 02 = R\$ 100,00 (cem reais). DEMAIS ITENS = R\$ 1,00 (um real).
DA DEFINIÇÃO DO VALOR DA DISPUTA NO SISTEMA COMPRASGOV	A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo valor unitário de cada item.
MODE DE DISPUTA	Aberto
PREFERÊNCIA EXCLUSIVA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS	SIM
LOCAL DE ENTREGA	Sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova. Extrema, MG.
PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ADEQUADA EM CONFORMIDADE COM O ANEXO IV DO EDITAL	Em até no mínimo de duas horas a partir da convocação do pregoeiro no sistema.





DA DATA DE ENTREGA	Entrega imediata. O objeto deverá ser entregue com a respectiva nota fiscal em conformidade com o indicado pela Administração na AF (autorização de fornecimento). A autorização de fornecimento será encaminhada para o e-mail da CONTRATADA. Cabe à contratada verificar periodicamente a sua caixa de entrada. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento da autorização de fornecimento – A.F.
AMOSTRA	NÃO será exigida.
VIGÊNCIA	O CONTRATO terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada não se extingue com o término do contrato.
RENOVAÇÃO	Não será renovado.
ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO	Não se aplica.
PONTO DE DESTAQUE	Os itens descritos no portal COMPRASGOV CATMAT/CATSERV são apenas para operacionalização do pregão.
DIVERGÊNCIAS CATMAT/CATSERV	Em caso de divergências na descrição do objeto entre o Portal COMPRASGOV (CATMAT/CATSERV) e o Termo de Referência, assim como no edital e em seus demais anexos, a especificação contida no Termo de Referência, no próprio edital e em seus anexos assume primazia absoluta. Essa determinação vigorará em todas as circunstâncias, garantindo a coerência e a integridade das diretrizes estabelecidas para o processo licitatório.





02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1 Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de:

ITEM 01 - 04 kits de **Microfones de Lapela sem fio (kit completo)**: Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações; **ITEM 02** – 01 **Câmera Digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4)**. Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa; **ITEM 03** – 04 peças de **Fones de Ouvido Sem Fio**, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua; **ITEM 04** – 05 peças de **Adaptadores HUB tipo USB-C 3.0**. Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis; **ITEM 05** – 01 Kit com **02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP -**





FZ 100). Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100; **ITEM 06 – 07** peças de **Leitores de Cartões de Memória USB 3.0 (UGREEN).** Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps; **ITEM 07 – 05** peças de **Cartões de Memória (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD;** **ITEM 08 – 03** peças de **Cartões de Memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD;** **ITEM 09 – 03** peças de **Plastificadoras de Documentos formato A4 (127V).** Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).

2.2 Natureza do objeto: comum.

2.3 Do quantitativo e do valor global estimado:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00





	Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.			
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00





05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Mircro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63

2.4 Quantitativo estimado com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Divisão de Valores por Ficha		
Comunicação	Patrimônio:	R\$ 29.438,00
	Consumo:	R\$ 2.724,50
Administrativo	Patrimônio:	R\$ 2.395,82
	Consumo:	R\$ 517,50
Legislativo	Consumo:	R\$ 127,50
Escola do Legislativo	Patrimônio:	R\$ 545,31





2.5 Prazo do contrato: Da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

2.6 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

2.7 A contratação está prevista no **Plano Anual de Contratações – PAC**. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	007
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	008
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo	460





	ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	456
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	457
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	024
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	458
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.	459
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	017

2.7 Regime de Execução: O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até trinta dias corridos a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento – A.F.





03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

03.01 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será DESCLASSIFICADO e estará sujeito às sanções previstas na legislação.

03.02 Todos os documentos deste Edital são complementares entre si. Caso haja alguma omissão em um pode ser complementado por outro desde que descrito no próprio edital ou anexo deste, sem que haja conflito de interesse.

03.03 Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

03.04 Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

03.05 Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

03.06 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a





contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

03.07 Durante a **realização do presente Pregão Eletrônico**, o único meio hábil, legítimo e reconhecido para a comunicação entre os licitantes e a Administração Pública será exclusivamente por intermédio do sistema ComprasGov.br. Quaisquer mensagens, pedidos de esclarecimentos, ou manifestações enviadas durante a sessão do pregão eletrônico por outros meios, especialmente por e-mail não serão apreciadas, analisadas ou respondidas, não produzindo qualquer efeito jurídico ou valor peticionário. Esta regra visa assegurar o princípio da transparência, da isonomia e da segurança jurídica, garantindo que todas as comunicações ocorram de forma rastreável, pública e acessível a todos os interessados no certame.

03.08 A modalidade de licitação escolhida para a contratação do objeto é o pregão eletrônico, que se caracteriza pela agilidade e transparência no processo, especialmente adequado para a compra de bens e serviços comuns, como é o caso do objeto. O critério de julgamento adotado é o menor preço unitário, o que visa garantir a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o custo total de aquisição. O modo de disputa é o aberto, permitindo que todos os interessados participem da licitação, promovendo uma ampla concorrência e favorecendo a obtenção do melhor preço. A combinação desses parâmetros – pregão eletrônico, menor preço unitário e modo de disputa aberto – se revela adequada e eficiente, pois assegura uma seleção criteriosa da proposta que, além de atender às necessidades da Administração, gera o melhor resultado em termos de custo-benefício, levando em conta todo o ciclo de vida do objeto, desde a aquisição até o uso final. Essa abordagem otimiza a utilização dos recursos públicos, garantindo que a compra seja realizada de forma eficaz e em conformidade com os princípios da administração pública, como a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a eficiência.





03.10 Da subcontratação e da entrega: É vedada a subcontratação do objeto. A empresa contratada será a única e integralmente responsável pela entrega do objeto contratado, devendo realizá-la diretamente na sede da Câmara Municipal de Extrema, situada no endereço Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. Fica vedada a prática de triangulação, entendida como o repasse da obrigação de fornecimento a terceiros estranhos à contratação, inclusive representantes, revendedores ou distribuidores não vinculados diretamente à licitante vencedora. O descumprimento desta cláusula acarretará as sanções previstas neste instrumento, sem prejuízo da rescisão contratual por inexecução total ou parcial do objeto.

03.11 Da definição do valor da disputa no sistema COMPRASGOV: A presente licitação, processada no sistema COMPRASGOV, terá sua disputa definida pelo menor valor unitário.

03.11 JUSTIFICATIVAS:

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de equipamentos de captação de áudio e vídeo, acessórios de informática e dispositivos de apoio operacional, destinados à Diretoria de Comunicação, ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Extrema, com aquisição exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, em conformidade com a política de incentivo aos pequenos fornecedores.

Os itens 01 a 08 destinam-se diretamente às atividades da Diretoria de Comunicação, setor responsável pela produção de conteúdo institucional, cobertura de sessões e eventos oficiais, gravação de entrevistas, transmissões, registros audiovisuais, materiais educativos e informativos, bem como divulgação das ações do Poder Legislativo em múltiplas plataformas digitais. Tais atividades exigem padrão técnico elevado, confiabilidade operacional, compatibilidade entre equipamentos e qualidade profissional de imagem e som.



O item 09 será destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, para apoio às rotinas administrativas e pedagógicas, com foco na preservação física de documentos, materiais didáticos, certificados e comunicados oficiais.

A especificação técnica detalhada — e, quando indicada, a definição de marca e modelo — justifica-se por critérios objetivos de padronização, desempenho, compatibilidade tecnológica, integração com equipamentos já existentes, durabilidade e confiabilidade operacional. Em especial:

a) A padronização de marca e modelo em determinados itens de áudio, vídeo, baterias e mídias de armazenamento assegura compatibilidade plena com os equipamentos já utilizados pela Diretoria de Comunicação, evitando riscos de incompatibilidade elétrica, lógica ou mecânica, perda de desempenho, falhas de comunicação entre dispositivos e redução da vida útil dos equipamentos;

b) Determinados equipamentos possuem ecossistema próprio de acessórios e protocolos de comunicação, de modo que a adoção de modelo diverso pode comprometer funcionalidades avançadas, como gravação em alta taxa de bits, perfis de cor, controle por aplicativo, sincronização de áudio, gestão de energia e integridade de dados;

c) A referência de marca e modelo tem caráter técnico-referencial, servindo como parâmetro de qualidade e desempenho mínimo aceitável, admitindo-se fornecimento de equivalente técnico comprovadamente compatível, quando aplicável, desde que atenda integralmente às especificações funcionais, de desempenho e de compatibilidade exigidas;

d) A exigência de modelos consagrados no mercado reduz riscos de descontinuidade, assegura disponibilidade de peças, suporte técnico, atualizações de firmware e interoperabilidade com softwares amplamente utilizados na produção institucional;

e) Os dispositivos de armazenamento e leitura de dados especificados por linha e padrão de desempenho visam garantir velocidades mínimas de gravação e leitura



compatíveis com captura de vídeo em alta resolução, evitando perda de quadros, corrupção de arquivos e interrupções de gravação;

f) Os equipamentos de áudio especificados com recursos de cancelamento de ruído, captação em alta resolução e interface dupla são necessários para gravações em ambientes reais de uso institucional, frequentemente sujeitos a ruído ambiente e múltiplas fontes sonoras;

g) Os adaptadores, hubs e leitores de cartão com padrões definidos de velocidade e portas múltiplas são necessários para assegurar fluxo de trabalho contínuo, transferência rápida de arquivos pesados e conexão simultânea de periféricos;

h) As plastificadoras destinadas ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo atendem à necessidade de proteção física de documentos de uso frequente, prolongando sua durabilidade e reduzindo custos de reposição.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, garante continuidade operacional, qualidade técnica das entregas institucionais, eficiência administrativa e segurança tecnológica, estando devidamente motivada por critérios técnicos objetivos e necessidades concretas dos setores demandantes.

A presente contratação mostra-se economicamente vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema por promover a estruturação adequada da Diretoria de Comunicação, do Almoxarifado e da Escola do Legislativo com equipamentos e dispositivos compatíveis com as demandas atuais de produção audiovisual, gestão documental e suporte administrativo, reduzindo custos indiretos, retrabalho e dependência de contratações externas.

Os itens 01 a 08, destinados à Diretoria de Comunicação, possibilitarão a produção interna de conteúdo de áudio e vídeo com padrão técnico profissional, abrangendo cobertura de eventos, sessões, entrevistas, materiais educativos e informativos. A internalização dessa produção reduz despesas recorrentes com terceirizações, locações de equipamentos e contratações pontuais de serviços especializados, gerando economia ao longo do ciclo de vida dos equipamentos. Trata-





se, portanto, de investimento com retorno operacional e financeiro mensurável no médio prazo.

A padronização técnica e, quando indicada, a definição de marca e modelo de referência também contribuem para a economicidade, pois: reduzem riscos de incompatibilidade e compras equivocadas; evitam gastos com adaptações, substituições e acessórios adicionais; diminuem a probabilidade de falhas operacionais e perdas de material gravado; ampliam a vida útil dos equipamentos por uso de baterias, cartões e acessórios homologados; facilitam manutenção, reposição e suporte técnico.

A aquisição de dispositivos com maior durabilidade, desempenho e confiabilidade reduz o custo total de propriedade (TCO), ainda que o valor unitário não seja o mais baixo do mercado, atendendo ao princípio da proposta mais vantajosa para a Administração sob a ótica do custo-benefício global.

Os itens de armazenamento e energia (baterias, cartões de memória e leitores) foram especificados com padrões de desempenho compatíveis com gravações de alta resolução, evitando perdas de dados e retrabalho — fatores que geram custo operacional oculto quando não observados.

O item 09, destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, apresenta baixo custo unitário e elevado benefício funcional, contribuindo para a preservação de documentos, certificados e materiais pedagógicos, reduzindo despesas com reimpressões e reposições.

Ressalta-se, ainda, que a contratação exclusiva de ME, EPP ou equiparadas amplia a competitividade entre pequenos fornecedores, favorece o desenvolvimento econômico local e regional e, historicamente, proporciona propostas com preços compatíveis de mercado, sem prejuízo da qualidade técnica exigida.

Dessa forma, a contratação atende ao princípio da economicidade, assegura melhor relação custo-benefício, reduz despesas indiretas e promove uso eficiente dos recursos públicos.

A vedação à subcontratação e à prática de triangulação nesta contratação justifica-se pela natureza do objeto, que consiste no fornecimento de equipamentos



eletrônicos e acessórios específicos, com exigências técnicas definidas, garantia, rastreabilidade de origem e responsabilidade direta do fornecedor. A execução direta pela empresa contratada assegura maior controle sobre a qualidade dos produtos entregues, a conformidade com as especificações, os prazos de entrega e as condições de garantia.

A proibição de subcontratação evita a interposição de terceiros sem vínculo contratual com a Administração, o que poderia dificultar a fiscalização, a responsabilização por vícios ou defeitos e a aplicação de sanções contratuais. Do mesmo modo, a vedação à triangulação comercial impede faturamento ou fornecimento indireto por empresas não contratadas, prática que compromete a transparência da contratação, a verificação dos requisitos de habilitação e o correto enquadramento como ME, EPP ou equiparada.

A medida também reduz riscos de fornecimento de itens não originais, recondicionados ou fora da cadeia formal de distribuição, preservando a padronização, a garantia do fabricante e o suporte técnico. Assim, a execução direta pela contratada promove maior segurança jurídica, eficiência na gestão contratual e proteção do interesse público.

A adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço unitário e participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, justifica-se pelas características do objeto e pelos objetivos de eficiência, competitividade e promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

O objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com especificações técnicas objetivas e padronizadas, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos no termo de referência, permitindo comparação direta entre propostas. Nessas condições, o pregão eletrônico mostra-se a modalidade mais adequada, pois amplia a competitividade, aumenta a transparência do certame, reduz custos operacionais e possibilita maior disputa de lances, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.





A forma eletrônica assegura maior alcance de fornecedores, simplifica procedimentos, garante rastreabilidade dos atos e promove isonomia entre os licitantes, além de reduzir o tempo e os custos do processo de contratação.

A exclusividade de participação para ME, EPP ou equiparadas fundamenta-se no tratamento favorecido previsto na legislação, com o objetivo de incentivar a participação de pequenos negócios nas contratações públicas, fomentar o desenvolvimento econômico, estimular a geração de emprego e renda e fortalecer o mercado fornecedor de menor porte. Considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal para disputa exclusiva e que há pluralidade de fornecedores aptos nesse segmento, a restrição é adequada e não compromete a competitividade.

O critério de julgamento pelo menor preço unitário é o mais apropriado porque os itens são divisíveis e possuem quantidades definidas, permitindo disputa item a item, ampliação da concorrência e contratação mais econômica. Esse critério assegura seleção objetiva da proposta mais vantajosa, com base em parâmetros claros e mensuráveis, alinhados ao princípio da economicidade.

A definição de intervalos mínimos de diferença entre lances de forma diferenciada por item justifica-se pela variação significativa dos valores unitários estimados e pela necessidade de assegurar equilíbrio entre competitividade e eficiência na condução da fase de lances do pregão eletrônico.

O item 02 possui valor unitário substancialmente superior aos demais, de modo que a fixação de intervalo mínimo de R\$ 100,00 mostra-se proporcional ao seu preço de referência, evitando a apresentação de lances com reduções irrisórias, que poderiam prolongar excessivamente a etapa competitiva sem ganho efetivo de economicidade. O parâmetro adotado contribui para maior racionalidade, celeridade e efetividade da disputa.

Para os demais itens, de menor valor unitário, foi estabelecido intervalo mínimo de R\$ 1,00, permitindo maior granularidade na formulação de lances e ampliação da competitividade, sem comprometer a dinâmica do certame. Nesses casos, intervalos mais elevados poderiam restringir desnecessariamente a disputa.



Assim, o critério adotado é objetivo, proporcional ao valor de cada item e adequado ao bom andamento da sessão pública, promovendo simultaneamente competitividade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

A indicação de marcas e modelos de referência nos itens deste objeto tem caráter meramente técnico-paramétrico e justificativo, sendo adotada para estabelecer padrão mínimo de qualidade, desempenho, compatibilidade e confiabilidade dos equipamentos pretendidos, nos termos da legislação de contratações públicas, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam a todas as especificações técnicas exigidas.

A utilização de referências de mercado amplamente reconhecidas visa assegurar que os equipamentos de captação de áudio e vídeo, armazenamento, energia e conectividade possuam desempenho comprovado, estabilidade operacional, disponibilidade de assistência técnica e compatibilidade entre si e com a infraestrutura já existente. Trata-se de itens tecnológicos sensíveis, nos quais variações de qualidade podem comprometer diretamente o resultado das atividades institucionais de gravação, transmissão, registro e tratamento de mídia.

No caso dos equipamentos de imagem, áudio e energia compatível, a referência de modelos específicos serve como parâmetro de desempenho, robustez, padrão de conexões, formatos de arquivo, autonomia e interoperabilidade, garantindo continuidade operacional, padronização do parque tecnológico e redução de riscos de incompatibilidade técnica. Para acessórios de conectividade, leitura e armazenamento de dados, a referência de linhas e modelos consolidados busca assegurar velocidade real de transferência, integridade de dados e durabilidade.

Quanto aos dispositivos de apoio administrativo, como plastificadoras, a descrição com base em padrão de mercado evita a aquisição de equipamentos subdimensionados, inseguros ou inadequados ao uso contínuo, assegurando requisitos mínimos de segurança térmica, capacidade operacional e dimensões compatíveis com o ambiente de trabalho.





A adoção de marcas e modelos de referência também contribui para maior precisão na pesquisa de preços, na definição da mediana de mercado e na verificação de exequibilidade das propostas, aumentando a segurança da contratação.

A exigência de documentação essencial nesta contratação justifica-se pela natureza do objeto e pela modalidade adotada — pregão eletrônico para fornecimento de bens comuns — cujas características envolvem especificações técnicas objetivas, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, sem demanda de qualificação técnica complexa ou requisitos especiais de capacidade operacional.

Os itens a serem fornecidos consistem em equipamentos e acessórios tecnológicos de prateleira (mercado comum), com padrões de desempenho definidos, fabricação seriada e ampla rede de fornecedores, de modo que a aptidão do licitante para executar o objeto pode ser adequadamente comprovada por meio da documentação básica de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira mínima, conforme previsto na legislação.

A limitação às exigências de habilitação essencial preserva os princípios da competitividade, da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando a imposição de requisitos excessivos que poderiam restringir indevidamente a participação de licitantes — especialmente considerando que a disputa é exclusiva para ME, EPP ou equiparadas. Trata-se de medida que amplia o universo de concorrentes aptos, sem prejuízo da segurança da contratação.

Além disso, os riscos contratuais são mitigados por outros mecanismos mais eficazes para este tipo de objeto, como especificações técnicas detalhadas, critérios de aceitação, garantia dos produtos, recebimento definitivo condicionado a testes de conformidade e possibilidade de substituição por vício ou defeito.

Dessa forma, a adoção de documentação apenas essencial mostra-se suficiente e adequada para assegurar a capacidade do futuro contratado, ao mesmo tempo em que promove maior participação, celeridade processual e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No que se refere ao interesse público, a presente contratação revela-se plenamente justificada, uma vez que contribui diretamente para o fortalecimento da





transparência administrativa, da publicidade dos atos legislativos e do acesso da sociedade às informações produzidas pela Câmara Municipal de Extrema. A modernização e o adequado aparelhamento da Diretoria de Comunicação e da Escola do Legislativo possibilitam a melhoria da comunicação institucional, a preservação do patrimônio documental e o aprimoramento das ações educativas voltadas à cidadania, promovendo maior eficiência na gestão pública, economicidade no uso dos recursos e efetivo atendimento às demandas coletivas, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

04. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

04.01: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:71

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:76

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:50

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:61

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:65

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.



05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados pessoa jurídica **ME, EPP ou Equiparadas** que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), do ramo pertinente ao objeto.

5.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.5.1 É admitida a participação de empresas constituídas em consórcio, que deverão atender às condições previstas no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



5.6. Não poderão disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.7.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

5.7.2. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.7.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.7.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.7.5. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.7.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.7.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o



exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. O impedimento de que trata o item 5.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.7.2 e 5.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.11. O disposto nos itens 5.7.2 e 5.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.13. A vedação de que trata o item 5.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



06. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO/ DE SUA FASE/ DA PROPOSTA

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;





6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



6.16 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, bem como ata de eleição e posse da atual diretoria ou Certificado do MEI - CCMEI, se for o caso;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da sede ou domicílio do licitante;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede ou domicílio do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e a **Seguridade Social**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.





b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

6.16.1 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

6.16.1.1. As provas de regularidades poderão se Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

6.17 DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.17.1 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.17.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou certificados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.17.3 É permitida a participação de empresas em consórcio.

6.17.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

6.17.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.17.6 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, as declarações.

6.17.07 Não será exigida visita técnica para execução do objeto desse edital.





6.17.08 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

6.17.09 A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados no sistema em conformidade com os documentos solicitados e enviados.

6.17.10 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.17.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.17.12 A não observância do disposto no item 6.17.11 poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.17.13 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.17.13.1 O prazo para envio da proposta e da documentação de habilitação será de 02 (duas) horas, contado a partir da convocação pelo Pregoeiro no sistema. Eventual pedido de prorrogação deverá ser formalizado dentro desse período, podendo o prazo ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação apresentada pelo licitante.

6.17.14 **É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de proposta e de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.**



6.17.15 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

6.17.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17.17 Relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

6.17.18 **Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, artigo 64):**

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.17.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão registrada no chat do sistema, acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.17.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.17.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.17.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



6.17.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA E DA SUA FASE

7.1. O licitante **DEVERÁ** enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos, com duas casas decimais.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, bem como a entrega do bem e/ou realização dos serviços na sede da Câmara Municipal de Extrema ou local indicado no município de Extrema.

7.4. **Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e



utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 90 (noventa) dias.

7.9.1 O licitante deverá garantir a entrega dos itens e/ou a execução do objeto.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas.

7.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

7.10.1.1 Nos termos do artigo 59 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser considerada inexecutável (dada a presunção relativa da inexecutabilidade) a proposta que apresentar valores que não sejam compatíveis com os custos necessários para a adequada execução do objeto licitado. Ressalta-se que a análise da executabilidade deverá abranger não apenas o valor global da proposta apresentada, mas também seus valores unitários, de forma a assegurar a viabilidade econômico-financeira da contratação em todos os seus aspectos. A Administração reserva-se o direito de solicitar comprovações e esclarecimentos que julgar pertinentes para aferição da viabilidade da proposta, podendo desclassificar a licitante em caso de comprovação de inexecutabilidade em qualquer um dos níveis mencionados, cabendo à licitante demonstrar a sua executabilidade.

7.10.1.2 O orçamento estimado estabelecido pela Administração é o preço máximo aceitável.

7.10.1.3 O art. 59 da Lei 14.133/2021, em seu inciso III trata do atendimento ao orçamento estimado (preço máximo) definido pela Administração. Nesse caso, se após a negociação com o licitante provisoriamente vencedor, a proposta permanecer acima do orçamento estimado, ela será desclassificada.



7.10.2 Não sendo oferecida garantia expressa na proposta de preços, a mesma será de doze meses para todos os efeitos. A finalização da vigência contratual não se confunde com a vigência da garantia, que não se extingue com a vigência contratual.

7.10.3 **A proposta adequada ao preço final deverá ser redigida preferencialmente no modelo deste edital, preenchida com todos os dados solicitados; redigida em Língua Portuguesa e com duas casas decimais.**

7.11 **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR A SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTA EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

7.12 **Itens cuja marca e modelo sejam imprescindíveis é obrigatório o preenchimento em campo próprio sob pena de desclassificação.**

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.





- 8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de: ITEM 02 = R\$ 100,00 (cem reais); DEMAIS ITENS = R\$ 1,00 (um real).**
- 8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.





8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes



apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



8.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.22.2.2. empresas brasileiras;

8.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo



após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de no mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **SE DECLARADO COMO O VENCEDOR, O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA FINAL, AJUSTADA, DEVIDAMENTE ASSINADA, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO DESTES EDITAL, SOB PENA DE SER DESCLASSIFICADO.**

8.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos, inclusive para a realização de diligências, abrangendo também a fase de habilitação. Toda prorrogação, bem como sua comunicação, deverá ocorrer exclusivamente por meio do sistema. Em nenhuma hipótese será admitido o envio de documentos relativos às fases de propostas e habilitação por e-mail. Da mesma forma, eventuais pedidos de prorrogação por parte das licitantes deverão ser realizados exclusivamente pelo sistema.

8.23.6 Os prazos para envio da proposta final adequada bem como dos documentos de habilitação serão de, no mínimo, duas horas.

8.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.25 O **licitante** ou o **contratado** será responsabilizado administrativamente pela seguinte infração, nos termos do Inciso V do artigo 155 da Lei 14.133/2021: não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.





9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e demais itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. conter vícios insanáveis;

9.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



9.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta, e, se for o caso de desconto, de forma linear em todos os itens de forma igualitária.

9.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.





9.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.





9.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.19. Nos termos da legislação aplicável, caso o licitante seja declarado vencedor em razão de critério de desempate que envolva a existência de programa de integridade, o pregoeiro poderá exigir, a qualquer tempo, a comprovação do efetivo cumprimento dessa exigência. A documentação apresentada deverá comprovar, de forma objetiva e suficiente, a existência e a efetiva implementação do programa de integridade no âmbito da empresa, nos termos estabelecidos neste edital. O não atendimento à exigência no prazo fixado poderá acarretar a desclassificação da proposta ou a perda do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

9.20. A critério do pregoeiro, a comprovação poderá ser exigida nos casos em que o desempate tenha sido resolvido com base em outros critérios previstos em lei, ou ainda em quaisquer outras situações que justifiquem a verificação do cumprimento do requisito.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura do ato.



10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. **A INTENÇÃO DE RECORRER DEVERÁ SER MANIFESTADA IMEDIATAMENTE, SOB PENA DE PRECLUSÃO;**

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados e permanecerão sempre abertos ao contraditório e ampla defesa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:





- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta





do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacaoextrema@yahoo.com.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA

13.1 **Vigência:** O presente contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. A garantia ofertada permanecerá válida e exigível mesmo após o término da vigência contratual, mantendo-se o fornecedor responsável pelo cumprimento integral das condições de garantia estabelecidas.

13.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.

13.3 **Índice de atualização:** Não se aplica.



14. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato.**
- b. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 dias após o recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).
- c. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- d. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
- e. A entrega deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra impactos e umidade, acompanhados de nota fiscal e relação detalhada dos itens fornecidos.
- f. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
- g. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.





- h. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- i. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- j. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- k. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- l. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- m. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
- n. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens





deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

15 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

15.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

15.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

15.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

15.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

15.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

15.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



15.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

15.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

15.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

15.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

15.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

15.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

15.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

15.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.





15.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

15.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

15.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

15.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

15.12 O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.

15.13 A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.



15.14 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.15 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.





16 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

16.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e executado nas condições estabelecidas.

16.2 No caso de controvérsia sobre a entrega / execução do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

16.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

16.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

16.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.

16.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras,





reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

16.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

16.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

16.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

16.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.



Forma de pagamento

16.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário. Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

16.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

16.17 Poderá ser realizado o pré-pagamento, desde que essa seja a prática usualmente adotada no mercado para o objeto contratado, mediante comprovação da necessidade.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgado o julgamento, a adjudicação e a homologação dos resultados da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

17.11. O licitante deve estar ciente de que, para participar do processo de licitação ou ser contratado, apenas os documentos e informações que contenham dados pessoais e da pessoa jurídica exigidos por força da Lei serão solicitados. Os dados obtidos serão incorporados ao processo administrativo e utilizados na elaboração de contratos, empenhos, pagamentos e todas as atividades necessárias para garantir a perfeita execução e pagamento do objeto. É importante ressaltar que os contratos celebrados pela Câmara Municipal de Extrema são integralmente divulgados no Portal de Transparência, assim como todos os demais atos relacionados ao processo, que também são publicados nos sites oficiais e na imprensa oficial.

17.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



ANEXO	DESCRIÇÃO
ANEXO I	ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES
ANEXO II	MATRIZ DE RISCO
ANEXO III	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO IV	PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO V	PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS)
ANEXO VI	MINUTA DO CONTRATO

Extrema/MG, 25 de fevereiro de 2026.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA
PRESIDENTE





ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

1. OBJETO:

Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de: ITEM 01 - 04 kits de Microfones de Lapela sem fio (kit completo); ITEM 02 – 01 Câmera Digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4); ITEM 03 – 04 peças de Fones de Ouvido Sem Fio; ITEM 04 – 05 peças de Adaptadores HUB tipo USB-C 3.0; ITEM 05 – 01 Kit com 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100); ITEM 06 – 07 peças de Leitores de Cartões de Memória USB 3.0 (UGREEN); ITEM 07 – 05 peças de Cartões de Memória (SanDisk Extreme Pro); ITEM 08 – 03 peças de Cartões de Memória (SanDisk Ultra); ITEM 09 – 03 peças de Plastificadoras de Documentos formato A4 (127V).

2. REGIME DE EXECUÇÃO: O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário, entrega imediata. Entrega imediata é aquela que deve ocorrer em até 30 dias do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).

3. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.





4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Câmara Municipal de Extrema, no cumprimento de suas atribuições institucionais, legais e constitucionais, especialmente no que se refere aos princípios da publicidade, transparência, eficiência administrativa e fortalecimento da participação cidadã, demanda a modernização e o adequado aparelhamento de seus setores estratégicos, notadamente a Diretoria de Imprensa e a Escola do Legislativo.

A presente contratação, exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, visa assegurar a continuidade, a qualidade técnica e a ampliação das atividades de comunicação institucional, produção audiovisual, registro oficial dos atos legislativos e desenvolvimento de ações educativas e formativas promovidas por esta Casa Legislativa.

I – DIRETORIA DE IMPRENSA

(Itens 01 a 08)

A Diretoria de Imprensa é responsável pela cobertura, produção, edição e divulgação de conteúdos audiovisuais, jornalísticos e institucionais relacionados às atividades legislativas, sessões plenárias, audiências públicas, eventos oficiais, entrevistas e ações de interesse público. Para o pleno desempenho dessas atribuições, faz-se necessária a aquisição dos seguintes equipamentos:

Item 01 – Kits de Microfones de Lapela Sem Fio

A contratação de kits completos de microfones de lapela sem fio é essencial para garantir a captação de áudio com elevada qualidade técnica em gravações, entrevistas, transmissões ao vivo e apresentações institucionais. A utilização de sistemas sem fio com transmissores omnidirecionais, cancelamento de ruído ambiental e controle via aplicativo assegura maior mobilidade, clareza sonora e redução de interferências, atendendo aos padrões profissionais exigidos para comunicação pública.

Item 02 – Câmera Digital Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4)





A aquisição de câmera digital profissional se justifica pela necessidade de registro audiovisual em alta resolução das atividades legislativas. O equipamento, com sensor de 33 MP, gravação em 4K 60p, recursos avançados de processamento de imagem e ampla conectividade, permite a produção de conteúdos institucionais com elevado padrão técnico, compatível com plataformas digitais, transmissões oficiais e arquivo histórico da Câmara.

Item 03 – Fones de Ouvido Sem Fio Over-Ear com Cancelamento de Ruído

Os fones de ouvido são indispensáveis para monitoramento de áudio, edição de vídeos, conferência de qualidade sonora e acompanhamento de transmissões ao vivo. O cancelamento ativo de ruído e a elevada autonomia garantem precisão técnica e conforto operacional durante longos períodos de uso, otimizando os fluxos de trabalho da equipe de comunicação.

Item 04 – Adaptadores HUB USB-C 3.0

A contratação de adaptadores HUB se faz necessária para ampliar a conectividade dos equipamentos utilizados pela Diretoria de Imprensa, possibilitando a conexão simultânea de múltiplos dispositivos, como cartões de memória, projetores, monitores e periféricos. Tais adaptadores asseguram versatilidade, agilidade na transferência de dados e compatibilidade com diferentes sistemas operacionais.

Item 05 – Kit de Baterias NP-FZ100 com Carregador

A aquisição de baterias adicionais e carregador compatível é fundamental para garantir a autonomia operacional da câmera digital, evitando interrupções durante gravações externas, eventos prolongados e coberturas institucionais. Tal medida assegura continuidade dos trabalhos e maior eficiência logística.

Item 06 – Leitores de Cartões de Memória USB 3.0

Os leitores de cartões são necessários para a rápida transferência de arquivos de áudio, imagem e vídeo para os sistemas de edição e arquivamento. A compatibilidade com múltiplos formatos e a alta velocidade de transferência contribuem para a otimização do tempo de produção e publicação dos conteúdos institucionais.

Item 07 – Cartões de Memória SD 64GB



A contratação de cartões de memória de alto desempenho é imprescindível para o armazenamento seguro e confiável de imagens e vídeos em alta resolução, garantindo estabilidade durante gravações contínuas e preservação dos registros oficiais.

Item 08 – Cartões de Memória Micro SD 128GB

Os cartões Micro SD complementam o conjunto de armazenamento, sendo utilizados em dispositivos auxiliares e sistemas de captação móvel, assegurando flexibilidade e capacidade adequada para produções audiovisuais diversas.

II – ESCOLA DO LEGISLATIVO

(Item 09)

A Escola do Legislativo tem como finalidade promover ações educativas, formativas e de capacitação voltadas à cidadania, à educação política e ao fortalecimento institucional. Para o adequado desenvolvimento dessas atividades, torna-se necessária a aquisição do seguinte equipamento:

Item 09 – Plastificadoras de Documentos Formato A4 (127V)

A contratação de plastificadoras de documentos é justificada pela necessidade de preservação, durabilidade e melhor apresentação de materiais didáticos, cartilhas, certificados, conteúdos pedagógicos e documentos utilizados em cursos, oficinas e eventos promovidos pela Escola do Legislativo. O equipamento garante proteção contra desgaste, umidade e manuseio frequente, contribuindo para a organização, economia de recursos e qualidade das ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a presente contratação mostra-se necessária, pertinente e adequada para o atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, assegurando melhores condições demonstrando zelo pelo interesse público, pela eficiência administrativa e pela valorização da comunicação institucional e da educação legislativa, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da administração pública.





No que se refere ao interesse público, a presente contratação revela-se plenamente justificada, uma vez que contribui diretamente para o fortalecimento da transparência administrativa, da publicidade dos atos legislativos e do acesso da sociedade às informações produzidas pela Câmara Municipal de Extrema. A modernização e o adequado aparelhamento da Diretoria de Imprensa e da Escola do Legislativo possibilitam a melhoria da comunicação institucional, a preservação do patrimônio documental e o aprimoramento das ações educativas voltadas à cidadania, promovendo maior eficiência na gestão pública, economicidade no uso dos recursos e efetivo atendimento às demandas coletivas, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

5. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 11 de setembro de 2025 e também no ComprasGov:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	007





02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	008
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	460
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	456
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	457





06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	024
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	458
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Mircro SD.	459
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	017

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema.





I – REQUISITOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

- a) A contratação deverá ser realizada exclusivamente com Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.
- b) Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados, não remanufaturados e em perfeitas condições de funcionamento.
- c) Todos os itens deverão possuir procedência regular, com observância às normas legais, técnicas e comerciais aplicáveis.
- d) A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

II – REQUISITOS TÉCNICOS DOS BENS

- a) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas para cada item, sendo vedado o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas.
- b) Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com os sistemas operacionais e dispositivos utilizados pela Câmara Municipal de Extrema, incluindo ambientes Windows, macOS, Android, iOS e iPadOS, conforme aplicável.
- c) Os itens deverão possuir qualidade profissional, adequados ao uso institucional contínuo, especialmente para produção audiovisual, comunicação pública e atividades educacionais.

III – REQUISITOS DE GARANTIA, ASSISTÊNCIA E SUPORTE

- a) Todos os itens deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme estabelecido pelo fabricante, contada a partir da data de recebimento definitivo.
- b) A empresa contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada em território nacional, quando aplicável, ou indicar formalmente os meios de acionamento da garantia.





c) Durante o período de garantia, eventuais defeitos de fabricação deverão ser sanados sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Extrema, incluindo a substituição do produto, quando necessário.

IV – REQUISITOS DE ENTREGA E LOGÍSTICA

a) Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema, com endereço na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, Extrema, MG.

b) A entrega é considerada imediata, devendo ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento). Caso não seja possível cumprir esse prazo, o fornecedor deverá solicitar formalmente a prorrogação, apresentando justificativa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do término do prazo original, para análise e autorização da autoridade competente.

c) Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte, acompanhados de manuais, acessórios e itens complementares especificados.

d) O transporte, a descarga e demais custos logísticos correrão por conta exclusiva da contratada.

e) Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto. Também fica expressamente vedada a prática de triangulação, assim entendida como a aquisição do bem ou a contratação do serviço junto a terceiro para entrega direta ao contratante, ou a intermediação do fornecimento por empresa diversa da contratada, ainda que com emissão de nota fiscal pelo fornecedor vencedor. A execução do fornecimento





deverá ser realizada exclusivamente pelo fornecedor contratado, com seus próprios meios e sob sua integral responsabilidade.

V – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

- a) O recebimento dos bens será realizado em duas etapas: recebimento provisório, para verificação inicial, e recebimento definitivo, após conferência das especificações técnicas e testes de funcionamento, quando aplicável.
- b) A Administração poderá recusar o recebimento de produtos que não atendam às especificações técnicas, apresentem defeitos ou estejam em desacordo com os requisitos da contratação.
- c) Em caso de recusa, a empresa contratada deverá proceder à substituição dos itens no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

VI – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E ECONOMICIDADE

- a) Sempre que possível, os produtos deverão observar critérios de eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental, em conformidade com boas práticas de sustentabilidade.

VII – REQUISITOS DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE

- a) A contratada será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado dos bens.





REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- c) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- e) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em





vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As quantidades estimadas dos produtos a serem contratados estão estabelecidos na tabela abaixo:





ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00





04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63





Contratações correlatas e/ou interdependentes: Registra-se que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Prospecção e Análise das Alternativas Possíveis) e JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA

Diante da planilha orçamentária apresentada, foram discriminados os valores unitários estimados para todos os serviços que serão aplicados na contratação. Esses valores servirão como referência para estabelecer o limite máximo aceitável, com base na mencionada planilha.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

A escolha da contratação do objeto especificado fundamenta-se em aspectos técnicos e econômicos que garantem a adequação da solução ao objeto pretendido pela Administração Pública.

Justificativa Técnica

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de equipamentos de captação de áudio e vídeo, acessórios de informática e dispositivos de apoio operacional, destinados à Diretoria de Comunicação, ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Extrema, com aquisição exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, em conformidade com a política de incentivo aos pequenos fornecedores.

Os itens 01 a 08 destinam-se diretamente às atividades da Diretoria de Comunicação, setor responsável pela produção de conteúdo institucional, cobertura de sessões e eventos oficiais, gravação de entrevistas, transmissões, registros





audiovisuais, materiais educativos e informativos, bem como divulgação das ações do Poder Legislativo em múltiplas plataformas digitais. Tais atividades exigem padrão técnico elevado, confiabilidade operacional, compatibilidade entre equipamentos e qualidade profissional de imagem e som.

O item 09 será destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, para apoio às rotinas administrativas e pedagógicas, com foco na preservação física de documentos, materiais didáticos, certificados e comunicados oficiais.

A especificação técnica detalhada — e, quando indicada, a definição de marca e modelo — justifica-se por critérios objetivos de padronização, desempenho, compatibilidade tecnológica, integração com equipamentos já existentes, durabilidade e confiabilidade operacional. Em especial:

- a) A padronização de marca e modelo em determinados itens de áudio, vídeo, baterias e mídias de armazenamento assegura compatibilidade plena com os equipamentos já utilizados pela Diretoria de Comunicação, evitando riscos de incompatibilidade elétrica, lógica ou mecânica, perda de desempenho, falhas de comunicação entre dispositivos e redução da vida útil dos equipamentos;
- b) Determinados equipamentos possuem ecossistema próprio de acessórios e protocolos de comunicação, de modo que a adoção de modelo diverso pode comprometer funcionalidades avançadas, como gravação em alta taxa de bits, perfis de cor, controle por aplicativo, sincronização de áudio, gestão de energia e integridade de dados;
- c) A referência de marca e modelo tem caráter técnico-referencial, servindo como parâmetro de qualidade e desempenho mínimo aceitável, admitindo-se fornecimento de equivalente técnico comprovadamente compatível, quando aplicável, desde que atenda integralmente às especificações funcionais, de desempenho e de compatibilidade exigidas;
- d) A exigência de modelos consagrados no mercado reduz riscos de descontinuidade, assegura disponibilidade de peças, suporte técnico, atualizações de firmware e interoperabilidade com softwares amplamente utilizados na produção institucional;





- e) Os dispositivos de armazenamento e leitura de dados especificados por linha e padrão de desempenho visam garantir velocidades mínimas de gravação e leitura compatíveis com captura de vídeo em alta resolução, evitando perda de quadros, corrupção de arquivos e interrupções de gravação;
- f) Os equipamentos de áudio especificados com recursos de cancelamento de ruído, captação em alta resolução e interface dupla são necessários para gravações em ambientes reais de uso institucional, frequentemente sujeitos a ruído ambiente e múltiplas fontes sonoras;
- g) Os adaptadores, hubs e leitores de cartão com padrões definidos de velocidade e portas múltiplas são necessários para assegurar fluxo de trabalho contínuo, transferência rápida de arquivos pesados e conexão simultânea de periféricos;
- h) As plastificadoras destinadas ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo atendem à necessidade de proteção física de documentos de uso frequente, prolongando sua durabilidade e reduzindo custos de reposição.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, garante continuidade operacional, qualidade técnica das entregas institucionais, eficiência administrativa e segurança tecnológica, estando devidamente motivada por critérios técnicos objetivos e necessidades concretas dos setores demandantes.

Justificativa econômica

A presente contratação mostra-se economicamente vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema por promover a estruturação adequada da Diretoria de Comunicação, do Almoxarifado e da Escola do Legislativo com equipamentos e dispositivos compatíveis com as demandas atuais de produção audiovisual, gestão documental e suporte administrativo, reduzindo custos indiretos, retrabalho e dependência de contratações externas.

Os itens 01 a 08, destinados à Diretoria de Comunicação, possibilitarão a produção interna de conteúdo de áudio e vídeo com padrão técnico profissional, abrangendo cobertura de eventos, sessões, entrevistas, materiais educativos e



informativos. A internalização dessa produção reduz despesas recorrentes com terceirizações, locações de equipamentos e contratações pontuais de serviços especializados, gerando economia ao longo do ciclo de vida dos equipamentos. Trata-se, portanto, de investimento com retorno operacional e financeiro mensurável no médio prazo.

A padronização técnica e, quando indicada, a definição de marca e modelo de referência também contribuem para a economicidade, pois: reduzem riscos de incompatibilidade e compras equivocadas; evitam gastos com adaptações, substituições e acessórios adicionais; diminuem a probabilidade de falhas operacionais e perdas de material gravado; ampliam a vida útil dos equipamentos por uso de baterias, cartões e acessórios homologados; facilitam manutenção, reposição e suporte técnico.

A aquisição de dispositivos com maior durabilidade, desempenho e confiabilidade reduz o custo total de propriedade (TCO), ainda que o valor unitário não seja o mais baixo do mercado, atendendo ao princípio da proposta mais vantajosa para a Administração sob a ótica do custo-benefício global.

Os itens de armazenamento e energia (baterias, cartões de memória e leitores) foram especificados com padrões de desempenho compatíveis com gravações de alta resolução, evitando perdas de dados e retrabalho — fatores que geram custo operacional oculto quando não observados.

O item 09, destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, apresenta baixo custo unitário e elevado benefício funcional, contribuindo para a preservação de documentos, certificados e materiais pedagógicos, reduzindo despesas com reimpressões e reposições.

Ressalta-se, ainda, que a contratação exclusiva de ME, EPP ou equiparadas amplia a competitividade entre pequenos fornecedores, favorece o desenvolvimento econômico local e regional e, historicamente, proporciona propostas com preços compatíveis de mercado, sem prejuízo da qualidade técnica exigida.





Dessa forma, a contratação atende ao princípio da economicidade, assegura melhor relação custo-benefício, reduz despesas indiretas e promove uso eficiente dos recursos públicos.

7. INDICAÇÃO DE DIFERENTES SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO (CONSIDERANDO, AINDA, O CICLO DE VIDA DO OBJETO)

Para cada categoria de equipamento objeto desta contratação existem, no mercado, diferentes soluções tecnológicas capazes de atender às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Extrema, com variações em desempenho, recursos adicionais, ciclo de vida útil, suporte técnico e custo total de propriedade. A seguir, são indicadas soluções representativas para cada item, considerando o ciclo de vida esperado, a compatibilidade técnica e a aplicabilidade funcional:

Item 01 – Microfones de Lapela sem fio (kit completo)

No mercado encontram-se sistemas de microfones sem fio de diferentes marcas e configurações, incluindo soluções com múltiplos canais, interface via aplicativo, sistemas UHF/VHF ou via tecnologia digital de 2,4 GHz, e acessórios de carregamento. Opções de fabricantes como Sennheiser, Shure, Rode e Boya oferecem níveis variados de alcance, qualidade de áudio, robustez e duração de bateria. Equipamentos com tecnologia de transmissão digital e cancelamento de ruído ativo tendem a apresentar maior confiabilidade, menor interferência e vida útil estendida, embora com preço unitário superior.

Item 02 – Câmera Digital Mirrorless (Sony Alpha 7 IV ou equivalentes)

Existem diversas câmeras mirrorless de alto desempenho no mercado com sensores full-frame ou APS-C, das marcas Sony, Canon, Nikon, Panasonic e Fujifilm, com capacidades variadas de resolução, gravação de vídeo 4K, conectividade e opções de lentes intercambiáveis. Modelos como Canon EOS R6, Nikon Z6 II ou Panasonic Lumix S5 representam soluções comparáveis em termos de qualidade de imagem, durabilidade e ecossistema de lentes. A escolha por um modelo full-frame





de referência, como o Sony Alpha 7 IV, justifica-se pela ampla compatibilidade, vasta oferta de acessórios e alta performance em fotografia e vídeo.

Item 03 – Fones de Ouvido Sem Fio

No setor de áudio pessoal, há soluções de fones Bluetooth com cancelamento de ruído ativo (ANC) de marcas como Bose, Sony, Jabra, Apple e Sennheiser. As diferenças entre as opções incluem autonomia de bateria, conforto, qualidade de cancelamento de ruído e compatibilidade com múltiplos dispositivos. Soluções com autonomia acima de 40–50 horas, modos de escuta ajustáveis e conectividade multiponto tendem a apresentar melhor custo-benefício ao longo do ciclo de vida.

Item 04 – Adaptadores HUB tipo USB-C

O mercado oferece adaptadores HUB com variação no número de portas, taxas de transferência de dados e compatibilidade com múltiplos sistemas operacionais (Windows, iPadOS, macOS, Android). Marcas populares, como Anker, UGREEN, Belkin e Baseus, apresentam soluções com diversas combinações de portas USB-A, USB-C, HDMI, SD/TF e Power Delivery. A expectativa de uso contínuo em ambientes de comunicação técnica exige HUBs com boa dissipação térmica e construção robusta.

Item 05 – Kit com Baterias NP-FZ100 + Carregador

Baterias recarregáveis compatíveis com a linha NP-FZ100 são fabricadas por diversas marcas, incluindo Sony e fornecedores de terceiros de qualidade reconhecida. A escolha por baterias originais ou equivalentes de alta capacidade impacta a duração por ciclo de uso e o número de ciclos de recarga ao longo do tempo, refletindo diretamente no custo de reposição.

Item 06 – Leitores de Cartões de Memória USB 3.0

Soluções portáteis de leitores de cartões com suporte para múltiplos formatos (SD, microSD, CF, MS) são oferecidas por fabricantes como UGREEN, Transcend,





Kingston e SanDisk. A escolha por dispositivos com USB 3.0 ou superior garante maior velocidade de transferência e compatibilidade com as mídias de alta capacidade.

Item 07 e 08 – Cartões de Memória SD / microSD

Cartões de memória de alta performance com classes de velocidade elevadas (UHS-I, UHS-II, V30 ou superior) são produzidos por marcas consolidadas como SanDisk, Lexar, Kingston e Samsung. Cartões com garantia estendida e altas taxas de leitura/escrita asseguram melhor desempenho em gravações de vídeo em 4K e maior durabilidade ao longo do tempo.

Item 09 – Plastificadoras de Documentos formato A4

No segmento de plastificadoras de mesa, há soluções de marcas como Fellowes, Daler-Rowney, GBC e Multilaser, com capacidades variadas de espessura de película, rapidez de aquecimento e recursos de segurança térmica. Equipamentos com proteção contra superaquecimento e suporte a películas de 125 a 175 micras são recomendados para uso administrativo contínuo.

Considerações sobre o ciclo de vida do objeto:

A definição técnica dos equipamentos considera não apenas o desempenho imediato, mas também fatores que influenciam o ciclo de vida útil, tais como:

- a) disponibilidade de assistência técnica e peças de reposição;
- b) compatibilidade com acessórios existentes e futuros;
- c) escalabilidade para atender a demandas crescentes;
- d) taxa de obsolescência tecnológica;
- e) garantias oferecidas pelos fabricantes.





Assim, diante das alternativas existentes no mercado, conclui-se que a adoção do pregão eletrônico e a aquisição nos exatos termos técnicos descritos no objeto configuram a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, pois asseguram ampla competitividade, padronização, atendimento aos requisitos mínimos de desempenho e compatibilidade, além de seleção da proposta mais vantajosa. Esse modelo de contratação contribui para a obtenção de bens com ciclo de vida útil compatível com as necessidades do serviço público, promovendo economicidade, eficiência operacional e racionalização dos recursos ao longo de todo o período de utilização dos equipamentos.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação está relacionado na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmara digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20





	completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.			
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00





09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63

As memórias de cálculo e os documentos que as fundamentam estão detalhados na **análise crítica dos dados coletados**.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de captação de áudio e vídeo, dispositivos de armazenamento, acessórios de conectividade e equipamentos de apoio administrativo, destinados à Diretoria de Comunicação, ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Extrema, conforme especificações técnicas detalhadas no objeto.

A solução contempla o fornecimento integral dos itens, novos, originais, sem uso prévio, em linha de produção normal do fabricante, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios, cabos, componentes e itens necessários ao pleno funcionamento. Todos os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com





os sistemas atualmente utilizados pela Câmara, assegurando integração operacional, padronização tecnológica e continuidade dos fluxos de trabalho.

No contexto funcional, a solução permitirá:

- a) — captação de áudio e vídeo com padrão técnico profissional;
- b) — mobilidade operacional para coberturas internas e externas;
- c) — armazenamento seguro de dados audiovisuais;
- d) — transferência rápida de arquivos;
- e) — alimentação energética adequada dos equipamentos;
- f) — conectividade com computadores, dispositivos móveis e sistemas de edição;
- g) — preservação física de documentos institucionais.

Quanto às exigências de manutenção e assistência técnica, aplicam-se os seguintes requisitos:

- a) Todos os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, contada a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e funcionamento, não inferior à usualmente praticada no mercado para cada tipo de produto;
- b) Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar suporte técnico e acionamento de assistência autorizada, sem ônus adicional para a Administração, incluindo reparo ou substituição do item defeituoso;
- c) Na hipótese de impossibilidade de reparo em prazo razoável, o equipamento deverá ser substituído por outro novo, de igual ou superior especificação técnica;
- d) A assistência técnica deverá ser prestada por rede autorizada do fabricante ou por empresa tecnicamente habilitada, garantindo uso de peças originais ou equivalentes homologadas;





Dessa forma, a solução como um todo assegura atendimento às necessidades institucionais, confiabilidade operacional, suporte técnico adequado e sustentabilidade do uso ao longo do ciclo de vida dos equipamentos.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

A contratação pretendida visa estruturar adequadamente a Diretoria de Comunicação, bem como atender às necessidades do Almoxarifado e da Escola do Legislativo, por meio do fornecimento de equipamentos e acessórios tecnicamente compatíveis com as demandas institucionais, produzindo resultados mensuráveis em economicidade e no melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Em termos de economicidade, os resultados pretendidos são:

- a) diminuição de custos com locação eventual de equipamentos de áudio e vídeo;
- b) mitigação de riscos de compras futuras incorretas por incompatibilidade técnica, em razão da padronização dos itens;
- c) aumento da vida útil dos equipamentos por aquisição de acessórios compatíveis e de desempenho adequado (baterias, cartões e leitores);
- d) redução de perdas de dados e retrabalho, por uso de mídias e dispositivos com velocidade e confiabilidade compatíveis com gravações em alta resolução;
- e) preservação de documentos físicos por meio de plastificação, reduzindo reimpressões e reposições.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a solução permitirá:

- a) maior autonomia técnica da equipe da Diretoria de Comunicação;
- b) ganho de produtividade na captação, edição e publicação de conteúdos;





- c) redução do tempo de montagem e configuração de equipamentos, em razão da compatibilidade entre dispositivos;
- d) simplificação do fluxo de trabalho com uso de acessórios padronizados;
- e) diminuição de interrupções operacionais causadas por falhas de energia, armazenamento ou conectividade.

No que se refere ao melhor aproveitamento dos recursos materiais, destacam-se:

- a) integração com equipamentos já existentes, evitando descarte prematuro;
- b) uso de padrões tecnológicos amplamente aceitos no mercado;

Sob o aspecto do melhor aproveitamento dos recursos financeiros, a contratação:

- a) prioriza bens duráveis e de desempenho comprovado, reduzindo custo total de propriedade;
- b) utiliza pregão eletrônico, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa;
- c) adota especificações técnicas objetivas, reduzindo risco de aquisições ineficientes;

Os resultados esperados combinam eficiência operacional, redução de custos diretos e indiretos, aumento de produtividade e maior retorno sobre o investimento público, em conformidade com os princípios da economicidade e da boa gestão administrativa.

11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE DEMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

As providências a seguir devem ser adotadas antes da celebração do contrato:



- a) Portaria de nomeação do gestor e fiscal de contratos;
- b) Capacitação dos gestores e fiscais de contratos;
- c) Definições dos locais onde devem ser entregues os itens;
- d) Realizar uma análise de riscos para identificar possíveis obstáculos e adotar estratégias para mitigá-los (Providência a ser adotada pela Diretoria Geral);
- e) Elaborar um Termo de Referência que detalhe as especificações técnicas, critérios de aceitação, prazos e demais condições da contratação (Próxima providência a ser concluída);
- f) Submeter a autuação e os documentos que comporão esta contratação à análise jurídica, a fim de assegurar que a contratação esteja em conformidade com a legislação vigente e proteja os interesses da Administração. (Providência a ser adotada antes da homologação).

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Atualmente, a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para o fornecimento do referido objeto.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

A contratação envolve equipamentos eletrônicos e acessórios, cujos impactos ambientais estão principalmente relacionados ao consumo de energia elétrica, ao uso de baterias recarregáveis e à futura geração de resíduos tecnológicos. Como medidas mitigadoras, serão priorizados produtos com maior eficiência energética, baterias recarregáveis e maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e o consumo de recursos. Os equipamentos deverão ser utilizados de forma racional, com desligamento quando fora de uso e armazenamento adequado para prolongar



sua durabilidade. Quando aplicável, o desfazimento de bens inservíveis e refugos deverá observar práticas de logística reversa, com encaminhamento a programas de recolhimento, assistência técnica autorizada ou empresas especializadas em reciclagem de resíduos eletroeletrônicos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

14. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de pregão eletrônico regime de execução indireta, pelo menor preço unitário, fornecimento imediato.

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da análise abrangente dos aspectos técnico, socioeconômico e ambiental, **concluo que a contratação do objeto é viável**. A escolha reflete uma abordagem estratégica que leva em consideração não apenas a eficiência operacional, mas também a responsabilidade financeira. A proposta de contratação está alinhada aos interesses e objetivos da Câmara Municipal de Extrema, assegurando uma gestão eficiente, econômica e sustentável, atendendo de forma adequada à necessidade a que se destina. Assim, a aquisição proposta é plenamente compatível com as exigências institucionais e contribuirá para o aprimoramento da gestão pública local.

Extrema, MG, 11 de fevereiro de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI

DIRETORA GERAL





DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse ETP.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA

PRESIDENTE





ANEXO II

MATRIZ DE RISCOS – PRC 08/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 02/2026

1. Objeto

Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de: ITEM 01 - 04 kits de Microfones de Lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações; **ITEM 02 – 01 Câmera Digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4).** Câmara digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa; **ITEM 03 – 04 peças de Fones de Ouvido Sem Fio**, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua; **ITEM 04 – 05 peças de Adaptadores HUB tipo USB-C 3.0.** Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis; **ITEM 05 – 01 Kit com 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100).** Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100; **ITEM 06 – 07 peças de Leitores de Cartões de Memória USB 3.0 (UGREEN).** Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps; **ITEM 07 – 05 peças de Cartões de Memória (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD;** **ITEM 08 – 03 peças de Cartões de Memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD;** **ITEM 09 – 03 peças de Plastificadoras de Documentos formato A4 (127V).** Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e





velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).

2. FASE DE ANÁLISE

Foram consideradas as seguintes fases:

- **Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor;**
- **Gestão do Contrato.**

3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Risco 01 – Atraso no procedimento licitatório.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Atraso na abertura do procedimento.

Ação Preventiva: Observar atentamente o preenchimento da requisição inicial conforme orientações no site da Câmara.

Responsável: Requerente.

Ação de Contingência: Saneamento do preenchimento e entrega rápida no setor de compras.

Responsável: Chefe imediato do requerente.

Risco 02 – Descrição do objeto com indicação de marca sem justificativa.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Restrição à competitividade, nulidade do certame, retrabalho e responsabilização.

Ação Preventiva: Justificar previamente a indicação de marca.

Responsável: Presidente da Câmara / Jurídico.

Ação de Contingência: Suspender o processo ou justificar a indicação detectada.

Responsável: Presidente da Câmara / Jurídico.



Risco 03 – Estimativa de preço fora do mercado.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Licitação deserta ou contratação com sobrepreço.

Ação Preventiva: Realizar pesquisa de mercado adequada e abrangente.

Responsável: Orçamentista / Pregoeiro / Jurídico.

Ação de Contingência: Negociar a redução dos valores ou avaliar a dispensa de licitação.

Responsável: Pregoeiro / Jurídico.

4. GESTÃO DE CONTRATOS

Risco 01 – Contratada perde condições de executar o serviço.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Dano Potencial: Inexecução e necessidade de rescisão contratual.

Ação Preventiva: Fiscalizar tecnicamente e economicamente a execução do contrato.

Responsável: Fiscal / Gestor de Contratos.

Ação de Contingência: Comunicação formal, abertura de processo e convocação de segundo colocado.

Responsável: Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.

Risco 02 – Serviço ou entrega insatisfatórios.

Probabilidade: Média.

Impacto: Alto.

Dano Potencial: Interferência na qualidade dos serviços prestados.

Ação Preventiva: Comunicação clara e exigência de conformidade dos serviços e itens.

Responsável: Almoxarife / Fiscal / Gestor de Contratos.

Ação de Contingência: Comunicação reiterada e aplicação de penalidades.

Responsável: Fiscal / Gestor de Contratos / Presidente da Câmara.





Risco 03 – Empresa impedida de contratar com a Administração.

Probabilidade: Baixa.

Impacto: Médio.

Dano Potencial: Problemas jurídicos e execução irregular do contrato.

Ação Preventiva: Consultar o CNEP, TCU e outros cadastros antes da contratação.

Responsável: Pregoeiro.

Ação de Contingência: Inabilitação da empresa irregular.

Responsável: Pregoeiro.

5. ANÁLISE FINAL

A elaboração do presente Mapa de Risco visa atender aos princípios de **planejamento, eficiência, transparência e integridade** da administração pública, conforme estabelece a **Lei nº 14.133/2021**. Ainda que a licitação ocorra nos termos do Pregão Eletrônico, conforme Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, faz-se imprescindível a avaliação de riscos envolvidos, bem como a adoção de medidas de mitigação, a fim de resguardar o interesse público e prevenir irregularidades.

6. CIÊNCIA E APROVAÇÃO

Declaro ter ciência dos riscos envolvidos e das medidas mitigadoras apresentadas neste documento.

Extrema, MG, 21 de janeiro de 2026.

TAMIREZ NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL





ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026

Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de: ITEM 01 - 04 kits de Microfones de Lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações; **ITEM 02 – 01 Câmera Digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4).** Câmara digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa; **ITEM 03 – 04 peças de Fones de Ouvido Sem Fio**, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50





horas de reprodução contínua; **ITEM 04** – 05 peças de **Adaptadores HUB tipo USB-C 3.0**. Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis; **ITEM 05** – 01 Kit com **02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100)**. Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100; **ITEM 06** – 07 peças de **Leitores de Cartões de Memória USB 3.0 (UGREEN)**. Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps; **ITEM 07** – 05 peças de **Cartões de Memória (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD**; **ITEM 08** – 03 peças de **Cartões de Memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD**; **ITEM 09** – 03 peças de **Plastificadoras de Documentos formato A4 (127V)**. Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).

1.1 **Quantitativo:** Conforme tabela abaixo:





ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmara digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00





04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63





1.2 **Prazo do contrato:** A data de vigência do contrato será considerada como a data da última assinatura digital aposta no instrumento contratual, a qual será adotada como data-base para todos os efeitos legais do contrato. Essa data prevalecerá como marco inicial para a contagem de prazos, cumprimento de obrigações e demais efeitos decorrentes do ajuste. Na hipótese de assinatura híbrida, será igualmente considerada como data-base a data da última assinatura digital. Caso o contrato seja firmado exclusivamente de forma presencial, a data constante na cláusula final do instrumento contratual prevalecerá como marco para o início da contagem dos prazos, obrigações e demais efeitos dele decorrentes. **Prazo:** até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual.

1.3 Esses itens não se enquadram como bem de luxo em conformidade com o art. 20 da Lei 14.133/2021.

1.4 A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC. O PAC foi publicado no Diário Oficial da Câmara Municipal de Extrema em 13 de setembro de 2024 e também no ComprasGov:

ITEM	DESCRIÇÃO	PAC
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	007





02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	008
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	460
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	456
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	457
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	024
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	458
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Mircro SD.	459
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras O equipamento deve permitir operação contínua, possuir	017





	características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	
--	---	--

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Em conformidade com os **Estudos Técnicos Preliminares** a Câmara Municipal de Extrema, no cumprimento de suas atribuições institucionais, legais e constitucionais, especialmente no que se refere aos princípios da publicidade, transparência, eficiência administrativa e fortalecimento da participação cidadã, demanda a modernização e o adequado aparelhamento de seus setores estratégicos, notadamente a Diretoria de Imprensa e a Escola do Legislativo.

A presente contratação, exclusiva para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, visa assegurar a continuidade, a qualidade técnica e a ampliação das atividades de comunicação institucional, produção audiovisual, registro oficial dos atos legislativos e desenvolvimento de ações educativas e formativas promovidas por esta Casa Legislativa.

I – DIRETORIA DE IMPRENSA

(Itens 01 a 08)

A Diretoria de Imprensa é responsável pela cobertura, produção, edição e divulgação de conteúdos audiovisuais, jornalísticos e institucionais relacionados às atividades legislativas, sessões plenárias, audiências públicas, eventos oficiais, entrevistas e ações de interesse público. Para o pleno desempenho dessas atribuições, faz-se necessária a aquisição dos seguintes equipamentos:

Item 01 – Kits de Microfones de Lapela Sem Fio

A contratação de kits completos de microfones de lapela sem fio é essencial para garantir a captação de áudio com elevada qualidade técnica em gravações,





entrevistas, transmissões ao vivo e apresentações institucionais. A utilização de sistemas sem fio com transmissores omnidirecionais, cancelamento de ruído ambiental e controle via aplicativo assegura maior mobilidade, clareza sonora e redução de interferências, atendendo aos padrões profissionais exigidos para comunicação pública.

Item 02 – Câmera Digital Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4)

A aquisição de câmera digital profissional se justifica pela necessidade de registro audiovisual em alta resolução das atividades legislativas. O equipamento, com sensor de 33 MP, gravação em 4K 60p, recursos avançados de processamento de imagem e ampla conectividade, permite a produção de conteúdos institucionais com elevado padrão técnico, compatível com plataformas digitais, transmissões oficiais e arquivo histórico da Câmara.

Item 03 – Fones de Ouvido Sem Fio Over-Ear com Cancelamento de Ruído

Os fones de ouvido são indispensáveis para monitoramento de áudio, edição de vídeos, conferência de qualidade sonora e acompanhamento de transmissões ao vivo. O cancelamento ativo de ruído e a elevada autonomia garantem precisão técnica e conforto operacional durante longos períodos de uso, otimizando os fluxos de trabalho da equipe de comunicação.

Item 04 – Adaptadores HUB USB-C 3.0

A contratação de adaptadores HUB se faz necessária para ampliar a conectividade dos equipamentos utilizados pela Diretoria de Imprensa, possibilitando a conexão simultânea de múltiplos dispositivos, como cartões de memória, projetores, monitores e periféricos. Tais adaptadores asseguram versatilidade, agilidade na transferência de dados e compatibilidade com diferentes sistemas operacionais.

Item 05 – Kit de Baterias NP-FZ100 com Carregador

A aquisição de baterias adicionais e carregador compatível é fundamental para garantir a autonomia operacional da câmera digital, evitando interrupções durante





gravações externas, eventos prolongados e coberturas institucionais. Tal medida assegura continuidade dos trabalhos e maior eficiência logística.

Item 06 – Leitores de Cartões de Memória USB 3.0

Os leitores de cartões são necessários para a rápida transferência de arquivos de áudio, imagem e vídeo para os sistemas de edição e arquivamento. A compatibilidade com múltiplos formatos e a alta velocidade de transferência contribuem para a otimização do tempo de produção e publicação dos conteúdos institucionais.

Item 07 – Cartões de Memória SD 64GB

A contratação de cartões de memória de alto desempenho é imprescindível para o armazenamento seguro e confiável de imagens e vídeos em alta resolução, garantindo estabilidade durante gravações contínuas e preservação dos registros oficiais.

Item 08 – Cartões de Memória Micro SD 128GB

Os cartões Micro SD complementam o conjunto de armazenamento, sendo utilizados em dispositivos auxiliares e sistemas de captação móvel, assegurando flexibilidade e capacidade adequada para produções audiovisuais diversas.

II – ESCOLA DO LEGISLATIVO

(Item 09)

A Escola do Legislativo tem como finalidade promover ações educativas, formativas e de capacitação voltadas à cidadania, à educação política e ao fortalecimento institucional. Para o adequado desenvolvimento dessas atividades, torna-se necessária a aquisição do seguinte equipamento:

Item 09 – Plastificadoras de Documentos Formato A4 (127V)

A contratação de plastificadoras de documentos é justificada pela necessidade de preservação, durabilidade e melhor apresentação de materiais didáticos, cartilhas, certificados, conteúdos pedagógicos e documentos utilizados em cursos, oficinas e eventos promovidos pela Escola do Legislativo. O equipamento garante proteção





contra desgaste, umidade e manuseio frequente, contribuindo para a organização, economia de recursos e qualidade das ações educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a presente contratação mostra-se necessária, pertinente e adequada para o atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Extrema, assegurando melhores condições demonstrando zelo pelo interesse público, pela eficiência administrativa e pela valorização da comunicação institucional e da educação legislativa, em conformidade com a legislação vigente e com os princípios da administração pública.

No que se refere ao interesse público, a presente contratação revela-se plenamente justificada, uma vez que contribui diretamente para o fortalecimento da transparência administrativa, da publicidade dos atos legislativos e do acesso da sociedade às informações produzidas pela Câmara Municipal de Extrema. A modernização e o adequado aparelhamento da Diretoria de Imprensa e da Escola do Legislativo possibilitam a melhoria da comunicação institucional, a preservação do patrimônio documental e o aprimoramento das ações educativas voltadas à cidadania, promovendo maior eficiência na gestão pública, economicidade no uso dos recursos e efetivo atendimento às demandas coletivas, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução consiste na contratação exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas para o fornecimento de conjunto integrado de equipamentos de captação de áudio e vídeo, armazenamento, energia, conectividade e plastificação de documentos, destinados a viabilizar atividades de registro audiovisual, produção de conteúdo institucional, transmissões, entrevistas, apresentações, tratamento de mídias e apoio administrativo. A solução é concebida como um ecossistema completo, contemplando fornecimento, transporte, entrega,





garantia, suporte e condições de manutenção, considerando todo o ciclo de vida dos bens.

O fornecimento abrange kits de microfones de lapela sem fio com recursos de captação em alta fidelidade, cancelamento de ruído e controle por aplicativo, câmera digital profissional com lente intercambiável e gravação em 4K, fones de ouvido sem fio com cancelamento ativo de ruído e longa autonomia, hubs USB-C multifuncionais, baterias e carregadores compatíveis, leitores de cartões de memória de alta velocidade, cartões de memória SD e MicroSD de alto desempenho, e plastificadoras elétricas formato A4. Os itens são compatíveis entre si e com dispositivos computacionais e móveis amplamente utilizados, assegurando interoperabilidade e flexibilidade de uso.

No ciclo de aquisição, a contratada deverá assegurar o fornecimento de produtos novos, originais, sem uso anterior, em linha de fabricação, devidamente embalados, acompanhados de manuais, acessórios e cabos necessários ao pleno funcionamento. Exemplos de fabricantes e linhas compatíveis incluem produtos da Sony, SanDisk e UGREEN ou equivalentes técnicos. Todos os componentes devem ser compatíveis com os padrões técnicos descritos, admitida equivalência de desempenho.

Na fase de entrega e implantação, a solução contempla logística até o local indicado pela Administração, conferência, testes básicos de funcionamento e verificação de integridade física e funcional. Os equipamentos devem entrar em operação imediata, com configuração simples (plug and play quando aplicável), permitindo uso por equipes sem necessidade de infraestrutura complexa adicional. Na fase de uso e operação, os equipamentos permitirão captação de áudio e vídeo de alta qualidade, monitoramento sonoro, expansão de conectividade de portas, leitura e gravação rápida de dados, armazenamento seguro de mídias e plastificação de documentos. Os itens foram especificados com foco em durabilidade, portabilidade, eficiência energética e padronização de interfaces, reduzindo riscos de incompatibilidade e custos operacionais. As baterias recarregáveis e acessórios de energia garantem continuidade das atividades em campo.





Na fase de manutenção e suporte, a solução exige garantia mínima contra defeitos de fabricação, com substituição ou reparo dentro de prazo razoável. Por se tratar majoritariamente de equipamentos eletrônicos modulares e acessórios padronizados, a manutenção tende a ser simplificada, com possibilidade de reposição pontual de componentes como cabos, cartões, baterias e adaptadores, sem necessidade de substituição integral do conjunto. Manuais e suporte do fabricante devem estar disponíveis.

Na fase de atualização e expansão, a solução permite ampliação futura mediante aquisição de itens compatíveis, como novas lentes, cartões de maior capacidade, baterias adicionais e periféricos USB, preservando o investimento inicial. A adoção de padrões de mercado (USB-C, USB 3.0, HDMI, Bluetooth, Wi-Fi, cartões SD e MicroSD) assegura longevidade tecnológica e integração com novos dispositivos.

Na fase de descarte ou substituição, ao final da vida útil, os equipamentos eletrônicos deverão ter destinação ambientalmente adequada, observando normas de logística reversa e descarte de resíduos eletroeletrônicos, enquanto acessórios não eletrônicos seguirão fluxos ordinários de reaproveitamento ou reciclagem. A preferência por itens recarregáveis reduz geração de resíduos.

Assim, a solução proposta cobre de forma integrada todas as etapas do ciclo de vida — aquisição, entrega, operação, manutenção, atualização e descarte — assegurando funcionalidade, compatibilidade, sustentabilidade e racionalidade de custos, atendendo plenamente às necessidades operacionais a que se destina.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema.



I – REQUISITOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

- a) A contratação deverá ser realizada exclusivamente com Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.
- b) Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados, não remanufaturados e em perfeitas condições de funcionamento.
- c) Todos os itens deverão possuir procedência regular, com observância às normas legais, técnicas e comerciais aplicáveis.
- d) A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

II – REQUISITOS TÉCNICOS DOS BENS

- a) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas para cada item, sendo vedado o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas.
- b) Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com os sistemas operacionais e dispositivos utilizados pela Câmara Municipal de Extrema, incluindo ambientes Windows, macOS, Android, iOS e iPadOS, conforme aplicável.
- c) Os itens deverão possuir qualidade profissional, adequados ao uso institucional contínuo, especialmente para produção audiovisual, comunicação pública e atividades educacionais.

III – REQUISITOS DE GARANTIA, ASSISTÊNCIA E SUPORTE

- a) Todos os itens deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme estabelecido pelo fabricante, contada a partir da data de recebimento definitivo.
- b) A empresa contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada em território nacional, quando aplicável, ou indicar formalmente os meios de acionamento da garantia.



c) Durante o período de garantia, eventuais defeitos de fabricação deverão ser sanados sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Extrema, incluindo a substituição do produto, quando necessário.

IV – REQUISITOS DE ENTREGA E LOGÍSTICA

a) Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema, com endereço na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, Extrema, MG.

b) A entrega é considerada imediata, devendo ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento). Caso não seja possível cumprir esse prazo, o fornecedor deverá solicitar formalmente a prorrogação, apresentando justificativa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do término do prazo original, para análise e autorização da autoridade competente.

c) Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte, acompanhados de manuais, acessórios e itens complementares especificados.

d) O transporte, a descarga e demais custos logísticos correrão por conta exclusiva da contratada.

e) Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto. Também fica expressamente vedada a prática de triangulação, assim entendida como a aquisição do bem ou a contratação do serviço junto a terceiro para entrega direta ao contratante, ou a intermediação do fornecimento por empresa diversa da contratada, ainda que com emissão de nota fiscal pelo fornecedor vencedor. A execução do fornecimento





deverá ser realizada exclusivamente pelo fornecedor contratado, com seus próprios meios e sob sua integral responsabilidade.

V – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

- a) O recebimento dos bens será realizado em duas etapas: recebimento provisório, para verificação inicial, e recebimento definitivo, após conferência das especificações técnicas e testes de funcionamento, quando aplicável.
- b) A Administração poderá recusar o recebimento de produtos que não atendam às especificações técnicas, apresentem defeitos ou estejam em desacordo com os requisitos da contratação.
- c) Em caso de recusa, a empresa contratada deverá proceder à substituição dos itens no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

VI – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E ECONOMICIDADE

- a) Sempre que possível, os produtos deverão observar critérios de eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental, em conformidade com boas práticas de sustentabilidade.

VII – REQUISITOS DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE

- a) A contratada será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado dos bens.





REQUISITOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- e) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;
- f) **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- g) **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- h) **CCMEI** — Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ/MF**;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- g) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;
- h) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;
- i) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- j) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em





vigor;

Obs.: As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- c) **Certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- d) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- o. **O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato.**
- p. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 dias após o recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).
- q. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- r. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes



necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.

s. A entrega deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra impactos e umidade, acompanhados de nota fiscal e relação detalhada dos itens fornecidos.

t. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.

u. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

v. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.

w. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

x. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.

y. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.





z. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

aa. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

bb. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/DA FISCALIZAÇÃO

a. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

b. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

c. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





- d. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- f. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- g. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- i. O gestor/fiscal de contratos anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- ii. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- iii. O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- iv. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
- v. O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- h. O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a





formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- i. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
 - i. O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- ii. O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- iii. O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- iv. O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.





- j. O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- k. O fornecimento e a execução do objeto serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato, conforme Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato, conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante designação formal. Será admitida a contratação de terceiros pela Administração para prestar assistência e fornecer subsídios técnicos e operacionais necessários ao pleno exercício das atribuições de gestão e fiscalização.
- l. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- m. A empresa se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.
- n. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - g) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - h) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;
 - i) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;





- j) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- k) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- l) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue nas condições estabelecidas.

7.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

7.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.5 O pagamento referente à execução do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente entregue.



7.6 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão contratante;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.8. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.9 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.10 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da



regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

7.13 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.14 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

7.16 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.18 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.



7.19 Não será admitida a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão Eletrônico nos termos do Art. 28, Inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 6º, Inciso XLI do mesmo diploma legal, pelo menor preço unitário. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro são as usuais para a generalidade dos objetos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, COM OS PARÂMETROS UTILIZADOS PARA A OBTENÇÃO DOS PREÇOS E PARA OS RESPECTIVOS CÁLCULOS, QUE DEVEM CONSTAR DE DOCUMENTO SEPARADO E CLASSIFICADO.

A estimativa do valor da contratação está demonstrada na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00



02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50





07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63

As memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, constam de documento separado e classificado “**Análise Crítica dos Dados Coletados**”.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema.

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação: 3.3.90.30.30

Ficha: 71

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.





Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:76

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:50

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:61

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:65

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

11. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de equipamentos de captação de áudio e vídeo, acessórios de informática e dispositivos de apoio operacional, destinados à Diretoria de Comunicação, ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Extrema, com aquisição exclusiva de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, em conformidade com a política de incentivo aos pequenos fornecedores.

Os itens 01 a 08 destinam-se diretamente às atividades da Diretoria de Comunicação, setor responsável pela produção de conteúdo institucional, cobertura de sessões e eventos oficiais, gravação de entrevistas, transmissões, registros audiovisuais, materiais educativos e informativos, bem como divulgação das ações do Poder Legislativo em múltiplas plataformas digitais. Tais atividades exigem padrão técnico elevado, confiabilidade operacional, compatibilidade entre equipamentos e qualidade profissional de imagem e som.





O item 09 será destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, para apoio às rotinas administrativas e pedagógicas, com foco na preservação física de documentos, materiais didáticos, certificados e comunicados oficiais.

A especificação técnica detalhada — e, quando indicada, a definição de marca e modelo — justifica-se por critérios objetivos de padronização, desempenho, compatibilidade tecnológica, integração com equipamentos já existentes, durabilidade e confiabilidade operacional. Em especial:

a) A padronização de marca e modelo em determinados itens de áudio, vídeo, baterias e mídias de armazenamento assegura compatibilidade plena com os equipamentos já utilizados pela Diretoria de Comunicação, evitando riscos de incompatibilidade elétrica, lógica ou mecânica, perda de desempenho, falhas de comunicação entre dispositivos e redução da vida útil dos equipamentos;

b) Determinados equipamentos possuem ecossistema próprio de acessórios e protocolos de comunicação, de modo que a adoção de modelo diverso pode comprometer funcionalidades avançadas, como gravação em alta taxa de bits, perfis de cor, controle por aplicativo, sincronização de áudio, gestão de energia e integridade de dados;

c) A referência de marca e modelo tem caráter técnico-referencial, servindo como parâmetro de qualidade e desempenho mínimo aceitável, admitindo-se fornecimento de equivalente técnico comprovadamente compatível, quando aplicável, desde que atenda integralmente às especificações funcionais, de desempenho e de compatibilidade exigidas;

d) A exigência de modelos consagrados no mercado reduz riscos de descontinuidade, assegura disponibilidade de peças, suporte técnico, atualizações de firmware e interoperabilidade com softwares amplamente utilizados na produção institucional;

e) Os dispositivos de armazenamento e leitura de dados especificados por linha e padrão de desempenho visam garantir velocidades mínimas de gravação e leitura





compatíveis com captura de vídeo em alta resolução, evitando perda de quadros, corrupção de arquivos e interrupções de gravação;

f) Os equipamentos de áudio especificados com recursos de cancelamento de ruído, captação em alta resolução e interface dupla são necessários para gravações em ambientes reais de uso institucional, frequentemente sujeitos a ruído ambiente e múltiplas fontes sonoras;

g) Os adaptadores, hubs e leitores de cartão com padrões definidos de velocidade e portas múltiplas são necessários para assegurar fluxo de trabalho contínuo, transferência rápida de arquivos pesados e conexão simultânea de periféricos;

h) As plastificadoras destinadas ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo atendem à necessidade de proteção física de documentos de uso frequente, prolongando sua durabilidade e reduzindo custos de reposição.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público, garante continuidade operacional, qualidade técnica das entregas institucionais, eficiência administrativa e segurança tecnológica, estando devidamente motivada por critérios técnicos objetivos e necessidades concretas dos setores demandantes.

A presente contratação mostra-se economicamente vantajosa para a Câmara Municipal de Extrema por promover a estruturação adequada da Diretoria de Comunicação, do Almoxarifado e da Escola do Legislativo com equipamentos e dispositivos compatíveis com as demandas atuais de produção audiovisual, gestão documental e suporte administrativo, reduzindo custos indiretos, retrabalho e dependência de contratações externas.

Os itens 01 a 08, destinados à Diretoria de Comunicação, possibilitarão a produção interna de conteúdo de áudio e vídeo com padrão técnico profissional, abrangendo cobertura de eventos, sessões, entrevistas, materiais educativos e informativos. A internalização dessa produção reduz despesas recorrentes com terceirizações, locações de equipamentos e contratações pontuais de serviços especializados, gerando economia ao longo do ciclo de vida dos equipamentos. Trata-





se, portanto, de investimento com retorno operacional e financeiro mensurável no médio prazo.

A padronização técnica e, quando indicada, a definição de marca e modelo de referência também contribuem para a economicidade, pois: reduzem riscos de incompatibilidade e compras equivocadas; evitam gastos com adaptações, substituições e acessórios adicionais; diminuem a probabilidade de falhas operacionais e perdas de material gravado; ampliam a vida útil dos equipamentos por uso de baterias, cartões e acessórios homologados; facilitam manutenção, reposição e suporte técnico.

A aquisição de dispositivos com maior durabilidade, desempenho e confiabilidade reduz o custo total de propriedade (TCO), ainda que o valor unitário não seja o mais baixo do mercado, atendendo ao princípio da proposta mais vantajosa para a Administração sob a ótica do custo-benefício global.

Os itens de armazenamento e energia (baterias, cartões de memória e leitores) foram especificados com padrões de desempenho compatíveis com gravações de alta resolução, evitando perdas de dados e retrabalho — fatores que geram custo operacional oculto quando não observados.

O item 09, destinado ao Almoxarifado e à Escola do Legislativo, apresenta baixo custo unitário e elevado benefício funcional, contribuindo para a preservação de documentos, certificados e materiais pedagógicos, reduzindo despesas com reimpressões e reposições.

Ressalta-se, ainda, que a contratação exclusiva de ME, EPP ou equiparadas amplia a competitividade entre pequenos fornecedores, favorece o desenvolvimento econômico local e regional e, historicamente, proporciona propostas com preços compatíveis de mercado, sem prejuízo da qualidade técnica exigida.

Dessa forma, a contratação atende ao princípio da economicidade, assegura melhor relação custo-benefício, reduz despesas indiretas e promove uso eficiente dos recursos públicos.

A vedação à subcontratação e à prática de triangulação nesta contratação justifica-se pela natureza do objeto, que consiste no fornecimento de equipamentos





eletrônicos e acessórios específicos, com exigências técnicas definidas, garantia, rastreabilidade de origem e responsabilidade direta do fornecedor. A execução direta pela empresa contratada assegura maior controle sobre a qualidade dos produtos entregues, a conformidade com as especificações, os prazos de entrega e as condições de garantia.

A proibição de subcontratação evita a interposição de terceiros sem vínculo contratual com a Administração, o que poderia dificultar a fiscalização, a responsabilização por vícios ou defeitos e a aplicação de sanções contratuais. Do mesmo modo, a vedação à triangulação comercial impede faturamento ou fornecimento indireto por empresas não contratadas, prática que compromete a transparência da contratação, a verificação dos requisitos de habilitação e o correto enquadramento como ME, EPP ou equiparada.

A medida também reduz riscos de fornecimento de itens não originais, recondicionados ou fora da cadeia formal de distribuição, preservando a padronização, a garantia do fabricante e o suporte técnico. Assim, a execução direta pela contratada promove maior segurança jurídica, eficiência na gestão contratual e proteção do interesse público.

A adoção da modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço unitário e participação exclusiva de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, justifica-se pelas características do objeto e pelos objetivos de eficiência, competitividade e promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

O objeto consiste no fornecimento de bens comuns, com especificações técnicas objetivas e padronizadas, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser claramente definidos no termo de referência, permitindo comparação direta entre propostas. Nessas condições, o pregão eletrônico mostra-se a modalidade mais adequada, pois amplia a competitividade, aumenta a transparência do certame, reduz custos operacionais e possibilita maior disputa de lances, favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



A forma eletrônica assegura maior alcance de fornecedores, simplifica procedimentos, garante rastreabilidade dos atos e promove isonomia entre os licitantes, além de reduzir o tempo e os custos do processo de contratação.

A exclusividade de participação para ME, EPP ou equiparadas fundamenta-se no tratamento favorecido previsto na legislação, com o objetivo de incentivar a participação de pequenos negócios nas contratações públicas, fomentar o desenvolvimento econômico, estimular a geração de emprego e renda e fortalecer o mercado fornecedor de menor porte. Considerando que o valor estimado da contratação se enquadra no limite legal para disputa exclusiva e que há pluralidade de fornecedores aptos nesse segmento, a restrição é adequada e não compromete a competitividade.

O critério de julgamento pelo menor preço unitário é o mais apropriado porque os itens são divisíveis e possuem quantidades definidas, permitindo disputa item a item, ampliação da concorrência e contratação mais econômica. Esse critério assegura seleção objetiva da proposta mais vantajosa, com base em parâmetros claros e mensuráveis, alinhados ao princípio da economicidade.

A definição de intervalos mínimos de diferença entre lances de forma diferenciada por item justifica-se pela variação significativa dos valores unitários estimados e pela necessidade de assegurar equilíbrio entre competitividade e eficiência na condução da fase de lances do pregão eletrônico.

O item 02 possui valor unitário substancialmente superior aos demais, de modo que a fixação de intervalo mínimo de R\$ 100,00 mostra-se proporcional ao seu preço de referência, evitando a apresentação de lances com reduções irrisórias, que poderiam prolongar excessivamente a etapa competitiva sem ganho efetivo de economicidade. O parâmetro adotado contribui para maior racionalidade, celeridade e efetividade da disputa.

Para os demais itens, de menor valor unitário, foi estabelecido intervalo mínimo de R\$ 1,00, permitindo maior granularidade na formulação de lances e ampliação da competitividade, sem comprometer a dinâmica do certame. Nesses casos, intervalos mais elevados poderiam restringir desnecessariamente a disputa.



Assim, o critério adotado é objetivo, proporcional ao valor de cada item e adequado ao bom andamento da sessão pública, promovendo simultaneamente competitividade, eficiência e busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

A indicação de marcas e modelos de referência nos itens deste objeto tem caráter meramente técnico-paramétrico e justificativo, sendo adotada para estabelecer padrão mínimo de qualidade, desempenho, compatibilidade e confiabilidade dos equipamentos pretendidos, nos termos da legislação de contratações públicas, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam a todas as especificações técnicas exigidas.

A utilização de referências de mercado amplamente reconhecidas visa assegurar que os equipamentos de captação de áudio e vídeo, armazenamento, energia e conectividade possuam desempenho comprovado, estabilidade operacional, disponibilidade de assistência técnica e compatibilidade entre si e com a infraestrutura já existente. Trata-se de itens tecnológicos sensíveis, nos quais variações de qualidade podem comprometer diretamente o resultado das atividades institucionais de gravação, transmissão, registro e tratamento de mídia.

No caso dos equipamentos de imagem, áudio e energia compatível, a referência de modelos específicos serve como parâmetro de desempenho, robustez, padrão de conexões, formatos de arquivo, autonomia e interoperabilidade, garantindo continuidade operacional, padronização do parque tecnológico e redução de riscos de incompatibilidade técnica. Para acessórios de conectividade, leitura e armazenamento de dados, a referência de linhas e modelos consolidados busca assegurar velocidade real de transferência, integridade de dados e durabilidade.

Quanto aos dispositivos de apoio administrativo, como plastificadoras, a descrição com base em padrão de mercado evita a aquisição de equipamentos subdimensionados, inseguros ou inadequados ao uso contínuo, assegurando requisitos mínimos de segurança térmica, capacidade operacional e dimensões compatíveis com o ambiente de trabalho.





A adoção de marcas e modelos de referência também contribui para maior precisão na pesquisa de preços, na definição da mediana de mercado e na verificação de exequibilidade das propostas, aumentando a segurança da contratação.

A exigência de documentação essencial nesta contratação justifica-se pela natureza do objeto e pela modalidade adotada — pregão eletrônico para fornecimento de bens comuns — cujas características envolvem especificações técnicas objetivas, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, sem demanda de qualificação técnica complexa ou requisitos especiais de capacidade operacional.

Os itens a serem fornecidos consistem em equipamentos e acessórios tecnológicos de prateleira (mercado comum), com padrões de desempenho definidos, fabricação seriada e ampla rede de fornecedores, de modo que a aptidão do licitante para executar o objeto pode ser adequadamente comprovada por meio da documentação básica de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira mínima, conforme previsto na legislação.

A limitação às exigências de habilitação essencial preserva os princípios da competitividade, da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando a imposição de requisitos excessivos que poderiam restringir indevidamente a participação de licitantes — especialmente considerando que a disputa é exclusiva para ME, EPP ou equiparadas. Trata-se de medida que amplia o universo de concorrentes aptos, sem prejuízo da segurança da contratação.

Além disso, os riscos contratuais são mitigados por outros mecanismos mais eficazes para este tipo de objeto, como especificações técnicas detalhadas, critérios de aceitação, garantia dos produtos, recebimento definitivo condicionado a testes de conformidade e possibilidade de substituição por vício ou defeito.

Dessa forma, a adoção de documentação apenas essencial mostra-se suficiente e adequada para assegurar a capacidade do futuro contratado, ao mesmo tempo em que promove maior participação, celeridade processual e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No que se refere ao interesse público, a presente contratação revela-se plenamente justificada, uma vez que contribui diretamente para o fortalecimento da





transparência administrativa, da publicidade dos atos legislativos e do acesso da sociedade às informações produzidas pela Câmara Municipal de Extrema. A modernização e o adequado aparelhamento da Diretoria de Comunicação e da Escola do Legislativo possibilitam a melhoria da comunicação institucional, a preservação do patrimônio documental e o aprimoramento das ações educativas voltadas à cidadania, promovendo maior eficiência na gestão pública, economicidade no uso dos recursos e efetivo atendimento às demandas coletivas, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

DIRETORIA GERAL

Extrema, MG, 13 de fevereiro de 2026.

TAMIRES NUNES DA SILVA ALBERTINI
DIRETORA GERAL

DESPACHO

APROVO, na íntegra, esse Termo de Referência.

RAFAEL SILVA DE SOUZA LIMA
PRESIDENTE





ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS

Dados da empresa e de seu representante legal:

Empresa:

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.:

E-MAIL: XXX

TELEFONE/WHATSAPP:

ITEM	DESCRIÇÃO	GARANTIA (MESES)	MARCA / MODELO	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto				04 kits	





	tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.					
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.				01 peça	
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e				04 peças	





	modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.					
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.				05 peças	
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.				01 kit	
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.				07 peças	





07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.				05 peças	
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.				03 peças	
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).				03 peças	

Representante Legal:

Nome: xxx

Endereço: xxx

Cidade: xxx

UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx

Expedição: xxx





Naturalidade: xxx

Nacionalidade: xxx

Local/Data: xxx

O proponente DECLARA que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Indicação da forma de pagamento:

BOLETO ()	DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ()	
	BANCO	
	AGÊNCIA	
	Nº DA CONTA	
	FAVORECIDO	

Assinatura do Responsável





ANEXO V - PLANILHA ESTIMADA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (PREÇOS MÁXIMOS).

- ✓ A presente pesquisa de preços tem por finalidade levantar os valores praticados no mercado para fornecimento de equipamentos eletrônicos de áudio, vídeo e foto. Tal levantamento visa subsidiar a instrução do processo licitatório a ser conduzido pela Câmara Municipal de Extrema/MG, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- ✓ Foram encaminhados, por meio eletrônico, trinta e um pedidos de cotação de preços. Os fornecedores foram selecionados por constarem na base de dados da Câmara Municipal de Extrema ou por já terem fornecido anteriormente ao órgão, atendendo plenamente à logística requerida pela Administração, não havendo, até o momento, qualquer fato que os desabone.
- ✓ Adicionalmente, foi realizada pesquisa na internet com o objetivo de identificar outros fornecedores do mesmo ramo, de forma a ampliar as referências de mercado e assegurar maior precisão e competitividade na pesquisa de preços.
- ✓ As empresas Atual Informática e A4 Informática informaram que não trabalham com os itens em questão.
- ✓ As empresas Mickaelle Alves da Silva de Oliveira, Silvio Aparecido de Medeiros Eletrônicos e H Gonçalves da S. Vendas responderam o pedido de cotação.
- ✓ O item 02 da cotação da empresa Mickaelle Alves da Silva de Oliveira foi desconsiderado, pois a marca não corresponde à solicitada no pedido.
- ✓ Realizou-se pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), identificando contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública, conforme demonstrado a seguir:

Item	Contratação	Órgão	ID de Contratação
01	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 50/2025	Cia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Montes Claros – MG	00399857000126-1-000474/2025
01	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 3501.0325/2025	Secretaria de Turismo e Lazer – Recife – PE	10565000000192-1-001200/2025
02, 08	Edital nº 1343/2025	Fundação Universidade do Estado – Florianópolis - SC	83891283000136-1-000883/2025
02/ 05	Aviso de Contratação Direta nº 90026/2025	Prefeitura Municipal de Esteio – RS	88150495000186-1-000347/2025
03	Edital nº 085/2025	Município de Guaxupé – MG	18663401000197-1-000285/2025
03	Aviso de Contratação Direta nº 58/2025	Comando do Exército de São Paulo – SP	00394452000103-1-022580/2025
04	Edital nº 00007425/2025	Município de São Geraldo – MG	18137935000180-1-000065/2025
04	Edital nº PE SRP 025/2025	Prefeitura Municipal de São Bernardo – MA	06125389000188-1-000026/2025





05	Edital nº PE25/2025/2025	Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú - SC	83551549000100-1-000071/2025
06	Aviso de Contratação Direta nº 71/2025	Inst. Fed. De Educ. Cienc. E Tec. De Goiás – GO	10870883000144-1-000101/2025
06	Edital nº 31/2025	Município de Santa Rita do Trivelato – MT	04205596000117-1-000041/2025
07	Edital nº 15/2025	Prefeitura Municipal de Muaná – PA	05105200000122-1-000053/2025
07	Aviso de Contratação Direta nº 00168/2023	Comando do Exército – SP	00394452000103-1-006645/2023
08	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 433/2025	ESP -CETESB – Cia. Ambiental de São Paulo – SP	43776491000170-1-000483/2025
09	Edital nº 73/2025	Município de Andrelandia – MG	18682930000138-1-000146/2025
09	Ato que autoriza a Contratação Direta nº 221/2025	Município de Santo Ângelo – RS	87613071000148-1-000595/2025

- ✓ Foi utilizado também como ferramenta para a presente pesquisa de preços o Banco de Preços do Tribunal de Contas de Minas Gerais, destinada a promover a transparência e o controle dos preços praticados nas contratações públicas, conforme previsto no Manual de Procedimentos Licitatórios e Contratações do TCE-MG. Porém a pesquisa retornou resultados apenas para os itens 07 e 09.
- ✓ Visando ampliar o levantamento de referências de mercado e permitir identificar valores atualizados, competitivos e praticados em âmbito nacional, foi feita uma complementação das amostras com consultas aos seguintes sites:
 - (www.lojadacamera.com.br)
 - (www.lucaslapa.com.br)
 - (www.jbl.com.br)
 - (www.ugreendobrasil.com.br)
 - (www.magazineluiza.com.br)
 - (www.cameraninja.com.br)
 - (www.saravati.com.br)
- ✓ Registra-se, por fim, que a Câmara Municipal de Extrema não possui contrato vigente para a aquisição dos itens em questão.





ITEM	DESCRIÇÃO	MEDIANA VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL ESTIMADO
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	R\$ 2.000,00	04 kits	R\$ 8.000,00
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	R\$ 19.980,20	01 peça	R\$ 19.980,20
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	R\$ 500,00	04 peças	R\$ 2.000,00
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	R\$ 152,60	05 peças	R\$ 763,00
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	R\$ 905,00	01 kit	R\$ 905,00
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	R\$ 127,50	07 peças	R\$ 892,50
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	R\$ 195,00	05 peças	R\$ 975,00





08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Mircro SD.	R\$ 199,00	03 peças	R\$ 597,00
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	R\$ 545,31	03 peças	R\$ 1.635,93
VALOR GLOBAL ESTIMADO				R\$ 35.748,63

Observação: para a apuração do valor estimado da contratação foi utilizada a mediana entre os preços considerados válidos, como método de definição da referência. A mediana constitui uma medida de tendência central, representando neste caso, o preço praticado no mercado.





ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ACESSÓRIOS TECNOLÓGICOS E PLASTIFICADORAS DE DOCUMENTOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	02/2026
EDITAL Nº.	02/2026
CONTRATO Nº.	XXX/2026
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO	11/12/2025
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90057

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA XXX REFERENTE À CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS, ACESSÓRIOS TECNOLÓGICOS E PLASTIFICADORAS DE DOCUMENTOS.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado a empresa XXX, estabelecida na XXX, XXX, XXX (XX), inscrita no CNPJ nº. XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato





representada por XXX, portador da Cédula de Identidade nº. XXX, e CPF nº. XXX, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 Contratação Exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para fornecimento de:

ITEM 01 - 04 kits de Microfones de Lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações; **ITEM 02 – 01 Câmera Digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4).** Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa; **ITEM 03 – 04 peças de Fones de Ouvido Sem Fio**, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal,





cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua; **ITEM 04 – 05 peças de Adaptadores HUB tipo USB-C 3.0.** Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis; **ITEM 05 – 01 Kit com 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100).** Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100; **ITEM 06 – 07 peças de Leitores de Cartões de Memória USB 3.0 (UGREEN).** Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps; **ITEM 07 – 05 peças de Cartões de Memória (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD;** **ITEM 08 – 03 peças de Cartões de Memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD;** **ITEM 09 – 03 peças de Plastificadoras de Documentos formato A4 (127V).** Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).

1.2 Do quantitativo: Conforme tabela a seguir.





ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.	04 kits
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmera digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em 4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.	01 peça
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.	04 peças
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.	05 peças
05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.	01 kit





06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.	07 peças
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.	05 peças
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Mircro SD.	03 peças
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras. O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).	03 peças

1.3 Percentual estimado para 12 (doze) meses, com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Divisão de Valores por Ficha		
Comunicação	Patrimônio:	82,35%
	Consumo:	7,62%
Administrativo	Patrimônio:	6,70%
	Consumo:	1,45%
Legislativo	Consumo:	0,36%
Escola do Legislativo	Patrimônio:	1,53%

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.





2.2 Admissibilidade da Assinatura Digital: Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.

2.3 Responsável pela Assinatura: A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.

2.4 Validade e Conformidade: A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.

2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.

3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. XX/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. XX/2026, EDITAL nº XX/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.

3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.





3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a. O objeto é de execução indireta, empreitada por preço unitário, fornecimento imediato.
- b. Fornecimento imediato é aquele que deve ocorrer em até 30 dias após o recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento).
- c. Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
- d. O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.





- e. A entrega deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Extrema: Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, em Extrema, MG. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra impactos e umidade, acompanhados de nota fiscal e relação detalhada dos itens fornecidos.
- f. Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
- g. O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- h. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- i. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- j. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
- k. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.





l. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

m. Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.

n. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

5 CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:



ITEM	DESCRIÇÃO	GARANTIA (MESES)	MARCA / MODELO	VALOR UNIT.	QUANT.	VALOR GLOBAL
01	Microfone de lapela sem fio (kit completo): Microfone de lapela sem fio com transmissores omnidirecionais integrados e sistema de interface dupla. Acompanha três receptores diferentes e estojo de carregamento com cliques magnéticos traseiros. Possuir captura de áudio em alta qualidade (Hi-Fi 48 kHz / 24 bits), cancelamento de ruído ambiental e indicadores LED. Equipado com baterias internas recarregáveis, controle via aplicativo compatível com sistemas iOS e Android. Acompanhar cabo USB-A para USB-C e cabo TRS-TRS de 3,5 mm para conexão. Fator de forma compacto tipo clip-on, ideal para gravações, entrevistas e apresentações.				04 kits	
02	Câmera digital - Sony Alpha 7 IV (ILCE-7M4): Câmara digital com processador de imagem BIONZ XR (compatível com os formatos de imagem HEIF, JPEG e RAW) com captura de vídeo com os recursos S-Cinetone e gravação em 4K 60p em 10 bits; lente 28-70 mm (intercambiável); resolução de 33 MP, flash integrado e suporte a flashes externos; com gravador de vídeos em				01 peça	





	4K (3840x2160); tela 3"; conectividade wi-fi e bluetooth, além de conexões completas (USB-C, micro-USB, HDMI, entrada para microfone e fones de ouvido); bateria, adaptador de CA, alça, tampas, protetor de visor, cabo USB, parasol e bolsa.					
03	Fone de ouvido: Sem fio, tipo over-ear, com cancelamento de ruído ativo, conectividade Bluetooth versão 5.0 ou superior, com suporte adicional para uso com fio via cabo USB-C. Deve possuir modos de audição ajustáveis (normal, cancelamento de ruído e modo ambiente/transparência), autonomia mínima de 50 horas de reprodução contínua.				04 peças	
04	Adaptador HUB tipo USB-C 3.0: Adaptador com 01 entrada USB 3.1 tipo C; 01 porta USB 2.0; 01 porta USB 3.0, 01 saída HDMI 4K/30Hz, 01 porta PD Power; 01 porta para cartão SD e 01 porta para cartão TF (MicroSD) que permitem a conexão simultânea de diversos dispositivos (pen drives, teclados, mouses e projetores); compatível com sistemas Android, Apple, MAC, Windows e iPad com taxa de transferência de dados até 5 Gbps e cabos compatíveis.				05 peças	





05	Kit 02 baterias NP-FZ100 + carregador (Sony NP - FZ 100) Kit bateria compatível com os modelos A7R, A7III, A9, A6600 e outros equipamentos que utilizam a linha NP-FZ100.				01 kit	
06	Leitor de cartões de memória USB 3.0 (UGREEN) Externo, portátil, plug and play, compatíveis com cartão de memória Micro Sd, Cartão SD, Cartão MS, Cartão CF, Cabo 50cm ou mais. Velocidade de transferência: Até 5Gbps.				07 peças	
07	Cartão de memória: (SanDisk Extreme Pro) 64GB SD.				05 peças	
08	Cartão de memória (SanDisk Ultra) 128GB Micro SD.				03 peças	
09	Plastificadora de documentos formato A4 (127V): Plastificadora elétrica para documentos em formato A4, com alimentação 127V, largura útil mínima de 240 mm e velocidade de plastificação de, no mínimo, 280 mm/minuto. Deve possuir capacidade para plastificar uma folha por vez, tempo médio de aquecimento entre 4 e 6 minutos, e ser compatível com películas (polaseal) de espessura entre 125 e 175 micras O equipamento deve permitir operação contínua, possuir características de segurança				03 peças	





	térmica (proteção contra superaquecimento) e apresentar dimensões aproximadas compatíveis ao uso em mesa de escritório (aproximadamente de 36 x 16 x 11 cm).					
--	--	--	--	--	--	--

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ XXX.XXX,XX (valor por extenso).

5.3 O pagamento será efetuado por entrega conforme o efetivo fornecimento, condicionado à apresentação da nota fiscal e atesto do setor competente.

6 CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

Recebimento

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.

6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.

6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





Liquidação

6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.

6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- f) a data da emissão;
- g) os dados do contrato e do órgão contratante;
- h) o período respectivo de execução do contrato;
- i) o valor a pagar; e
- j) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias





úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.

6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.





6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.

7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

8 CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

8.1 **Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

8.2 **Renovação:** O contrato não será renovado.

8.3 **Do reajustamento:** Não se aplica.



9 CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.





10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:71

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:76

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:50

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

Dotação:4.4.90.52.06

Ficha:61

Resumo: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

Dotação:3.3.90.30.30

Ficha:65

Resumo: MATERIAL DE CONSUMO – MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES.

11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

11.1 A falta de conformidade com quaisquer dos requisitos delineados na descrição do objeto resultará em infração contratual, expondo a CONTRATADA a medidas legais cabíveis. A CONTRATADA compromete-se a observar integralmente os





requisitos estipulados no objeto, visando assegurar a legitimidade e efetividade do fornecimento previsto neste CONTRATO.

11.2 A contratação deverá atender aos requisitos técnicos, legais, operacionais e administrativos a seguir elencados, de modo a assegurar o atendimento ao interesse público, a eficiência da aquisição e a plena adequação dos bens às necessidades da Câmara Municipal de Extrema.

I – REQUISITOS LEGAIS E ADMINISTRATIVOS

- a) A contratação deverá ser realizada exclusivamente com Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e legislação correlata.
- b) Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não recondicionados, não remanufaturados e em perfeitas condições de funcionamento.
- c) Todos os itens deverão possuir procedência regular, com observância às normas legais, técnicas e comerciais aplicáveis.
- d) A contratação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público.

II – REQUISITOS TÉCNICOS DOS BENS

- a) Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas descritas para cada item, sendo vedado o fornecimento de produtos com características inferiores às exigidas.
- b) Os equipamentos deverão ser compatíveis entre si e com os sistemas operacionais e dispositivos utilizados pela Câmara Municipal de Extrema, incluindo ambientes Windows, macOS, Android, iOS e iPadOS, conforme aplicável.
- c) Os itens deverão possuir qualidade profissional, adequados ao uso institucional contínuo, especialmente para produção audiovisual, comunicação pública e atividades educacionais.

III – REQUISITOS DE GARANTIA, ASSISTÊNCIA E SUPORTE





- a) Todos os itens deverão possuir garantia mínima de fábrica, conforme estabelecido pelo fabricante, contada a partir da data de recebimento definitivo.
- b) A empresa contratada deverá assegurar assistência técnica autorizada em território nacional, quando aplicável, ou indicar formalmente os meios de acionamento da garantia.
- c) Durante o período de garantia, eventuais defeitos de fabricação deverão ser sanados sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Extrema, incluindo a substituição do produto, quando necessário.

IV – REQUISITOS DE ENTREGA E LOGÍSTICA

- a) Os bens deverão ser entregues na sede da Câmara Municipal de Extrema, com endereço na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, Extrema, MG.
- b) A entrega é considerada imediata, devendo ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da A.F. (Autorização de Fornecimento). Caso não seja possível cumprir esse prazo, o fornecedor deverá solicitar formalmente a prorrogação, apresentando justificativa, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas do término do prazo original, para análise e autorização da autoridade competente.
- c) Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, protegidos contra danos durante o transporte, acompanhados de manuais, acessórios e itens complementares especificados.
- d) O transporte, a descarga e demais custos logísticos correrão por conta exclusiva da contratada.





e) Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto. Também fica expressamente vedada a prática de triangulação, assim entendida como a aquisição do bem ou a contratação do serviço junto a terceiro para entrega direta ao contratante, ou a intermediação do fornecimento por empresa diversa da contratada, ainda que com emissão de nota fiscal pelo fornecedor vencedor. A execução do fornecimento deverá ser realizada exclusivamente pelo fornecedor contratado, com seus próprios meios e sob sua integral responsabilidade.

V – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

a) O recebimento dos bens será realizado em duas etapas: recebimento provisório, para verificação inicial, e recebimento definitivo, após conferência das especificações técnicas e testes de funcionamento, quando aplicável.

b) A Administração poderá recusar o recebimento de produtos que não atendam às especificações técnicas, apresentem defeitos ou estejam em desacordo com os requisitos da contratação.

c) Em caso de recusa, a empresa contratada deverá proceder à substituição dos itens no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

VI – REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE E ECONOMICIDADE

a) Sempre que possível, os produtos deverão observar critérios de eficiência energética, durabilidade e menor impacto ambiental, em conformidade com boas práticas de sustentabilidade.





VII – REQUISITOS DE CONFORMIDADE E RESPONSABILIDADE

a) A contratada será responsável por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes do fornecimento inadequado dos bens.

12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.

12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.

12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.

12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.

12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.

12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subsequentes.





12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.

12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.

12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.

12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.

12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.

12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO.





13.1 O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até quinze dias úteis.

14. CLÁUSULA QUATORZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.

14.1 Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.2 O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio financeiro, quando for o caso, será de até quinze dias úteis.

15. CLÁUSULA QUINZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

15.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.

15.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, aplicar-se-ão os prazos mínimos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor – CDC, sendo de 30 (trinta) dias para bens ou serviços não duráveis e de 90 (noventa) dias para





bens ou serviços duráveis, sem prejuízo de prazos mais extensos eventualmente previstos em legislação específica ou na proposta apresentada.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

16.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO é aquela estabelecida no pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) vigente no país.

16.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido pelo CDC, esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.

16.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.

16.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

16.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.

16.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.



17.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.
- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





17.2 São obrigações do CONTRATADO:

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;





- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;
- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu





pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.

s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;

III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.



18. CLÁUSULA DEZOITO – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.

18.1 Não se aplica.

19. CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.

19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.

20. CLÁUSULA VINTE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.

20.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.





21. CLÁUSULA VINTE E UM – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

21.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

21.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

21.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

21.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

21.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

21.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.

21.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

21.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

21.8.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



21.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

21.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.

21.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

21.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

21.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

21.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

21.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

21.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



21.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

21.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

21.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

21.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

21.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- b) Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;





- c) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
- d) Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
- e) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

22.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

22.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.

22.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.





22.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

22.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.

22.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

22.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

22.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

22.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

22.4.3 Indenizações e multas.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

23.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente (não necessariamente por igual período) até a vigência máxima de dez anos. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.





23.2 Renovação: Não haverá renovação contratual.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

24.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DO PREPOSTO.

25.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. XXX.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DAS ALTERAÇÕES.

26.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

26.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).



26.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE – DA PUBLICAÇÃO.

27.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.

28.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:

a. Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

29. CLÁUSULA VINTE E NOVE – DO FORO.

29.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.





Extrema (MG), XX de XX de 2026.

Signatários

XXX	XXX XXX
Presidente Câmara Municipal de Extrema CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas

01.Nome/Assinatura/CPF
02.Nome/Assinatura/CPF

